

Demonstrações Financeiras

Austral Seguradora S.A.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
com Relatório do Auditor Independente

Demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Índice

Relatório da Administração da Austral Seguradora S.A.	1
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	3
Demonstrações financeiras auditadas	
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações do resultado	9
Demonstrações do resultado abrangente.....	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstrações do fluxo de caixa	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras	13
Parecer dos atuários auditores independentes	65

Relatório da Administração

Em atendimento às disposições legais e regulamentares, apresentamos as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

A Austral Seguradora S.A. (doravante “Austral” ou “Seguradora”) obteve aprovação pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP para iniciar suas operações no dia 25 de outubro de 2010 e tem como foco estratégico a operação em seguros especializados para riscos corporativos. Atualmente, a Seguradora opera nos ramos de seguro garantia, fiança locatícia, riscos de engenharia, riscos nomeados e operacionais, compreensivo empresarial, responsabilidade civil, riscos de petróleo e riscos marítimos.

Com o objetivo de ser uma empresa competitiva no mercado, a Austral tem como principal característica a especialização e customização de seus produtos, promovendo soluções diferenciadas e inovadoras na transferência de risco tanto para seus clientes quanto para seus parceiros.

Os prêmios emitidos pela Austral, desconsiderando a operação de DPVAT, cresceram de R\$ 322 milhões em 2017 para R\$ 422 milhões em 2018. Esse crescimento de 31% está em consonância com as métricas de desempenho projetadas internamente, demonstrando o sucesso das estratégias estabelecidas pela Seguradora.

É preciso destacar o crescimento de 65% no segmento de riscos de petróleo em relação ao mesmo período de 2017, tornando a Austral um dos players mais relevantes e reconhecidos nesse mercado. Esse expressivo crescimento foi reflexo do maior volume de novos negócios do setor e de uma estratégia focada em inovação, agilidade e eficiência operacional.

Outro aspecto que merece ser enfatizado é a evolução da operação de riscos marítimos da Austral com um crescimento exponencial de 92% em 2018 quando comparado com o mesmo período de 2017. Esse resultado foi fruto de um esforço e reconhecimento do trabalho da Austral para expansão dessa linha de negócio.

Em 2018, a Austral completou oito anos de operação, consolidada como player de referência nos segmentos de riscos corporativos, confirmando a confiança de seus clientes pela sua capacidade técnica e diferenciação na prestação de serviços.

Ressaltamos que as despesas administrativas mantiveram uma proporção estável em relação aos prêmios emitidos de 5,3% em 2017 para 4,7% em 2018. Essa linearidade reflete um forte controle sobre as despesas administrativas, revelando ganho em produtividade e o constante monitoramento de suas despesas, não obstante o investimento da Companhia em aprimorar seus processos.

É objetivo da Companhia priorizar o investimento na qualidade dos serviços e produtos oferecidos. Assim, é preciso investir em tecnologia e processos para ter um desenvolvimento estruturado, garantindo a continuidade do retorno de suas carteiras, estando sempre atenta ao alinhamento com a política de gestão de riscos definida pela empresa.

O resultado financeiro também contribuiu para o bom desempenho do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, tendo atingido R\$ 18,5 milhões. Ressaltamos que a Austral vem obtendo bons resultados financeiros seguindo uma política conservadora de investimentos.

Relatório da Administração--Continuação

A política de investimentos adotada pela Austral observa as melhores práticas de gestão de risco de ativos e passivos. Política esta que garante a capacidade financeira de honrar com seus compromissos, de acordo com os preceitos da Resolução CNSP nº 321/2015, e suas alterações posteriores. A Austral possui seus títulos nas categorias “títulos para negociação” e “disponível para venda”, conforme explicitado nas demonstrações financeiras, e não mantém títulos ou valores mobiliários classificados na categoria “mantido até o vencimento”.

Como consequência dos fatores citados acima, a Austral apresentou lucro líquido de R\$ 22,3 milhões em 2018. O patrimônio líquido apurado foi de R\$ 152,2 milhões e o ativo total atingiu o montante de R\$ 1,3 bilhões nesse mesmo período.

O sustentável resultado da Companhia é reflexo do esforço constante na melhoria dos processos operacionais e a atenção da administração no desenvolvimento de controles e às melhores práticas de governança corporativa.

A Austral planeja continuar sua trajetória de crescimento e presença relevante no mercado, mantendo uma política de subscrição técnica, estrutura de capital adequada, equipe qualificada e foco em eficiência e agilidade no atendimento a clientes e parceiros de negócio.

A partir de 28 de fevereiro de 2018, a Austral Participações II S.A. passou a ser a controladora direta e detentora de 100% das ações da Seguradora, não tendo havido, contudo, qualquer alteração no quadro de controladores finais da Austral. A transferência de controle acionário direto da Seguradora à Austral Participações II S.A. foi homologada pela Portaria SUSEP nº 7.117, de 07 de maio de 2018, e publicada no Diário Oficial da União em 09 de maio de 2018, restando ratificado, pela referida portaria, que o controle final da Austral permanece inalterado.

Por fim, a Austral agradece à sua equipe pelo empenho e dedicação, à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, bem como aos clientes, parceiros, fornecedores e acionistas pela confiança depositada.

Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 2019.

Administração.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Diretores, Conselheiros e Acionistas da
Austral Seguradora S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Austral Seguradora S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Austral Seguradora S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 2019.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC2SP015199/O-6



Marcelo Felipe L. de Sá
Contador CRC1RJ094644/O-0

Balço patrimonial 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

	31/12/2018	31/12/2017
Ativo		
Circulante	993.373	705.646
Disponível	7.181	7.217
Caixa e bancos	7.181	7.217
Aplicações (Nota 6)	281.377	243.832
Títulos de renda fixa - públicos	144.752	126.545
Quotas de fundos de investimentos	40.089	26.317
Quotas de fundo de investimento financeiro - DPVAT	86.839	74.778
Aplicações no exterior	9.697	16.192
Créditos das operações com seguros e resseguros	115.509	119.949
Prêmios a receber (Nota 8)	105.977	108.616
Operações com seguradoras	5.443	3.308
Operações com resseguradoras	4.089	8.025
Outros créditos operacionais	10.831	68.774
Ativos de resseguro - provisões técnicas (Notas 9 e 16)	549.491	236.373
Prêmio de resseguro diferido	206.870	141.258
Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados (Nota 17)	49.049	45.642
Provisão despesa relacionada	4.768	-
Sinistros pendentes de pagamento (Nota 17)	288.804	49.473
Títulos e créditos a receber (Nota 10)	4.006	6.909
Créditos a receber	17	3.934
Créditos tributários (Nota 10)	3.904	2.932
Outros créditos	85	43
Despesas Antecipadas	76	-
Despesas Administrativas	76	-
Custos de aquisição diferidos (Nota 11)	24.902	22.592
Comissões diferidas - seguro	22.216	20.502
Comissões diferidas - cosseguro	2.686	2.090
Não circulante	344.404	276.463
Realizável a longo prazo	338.526	270.314
Aplicações (Nota 6)	61.481	39.651
Títulos de renda fixa - públicos	42.849	39.651
Aplicação no exterior	18.632	-
Créditos das operações com seguros e resseguros	83.388	53.649
Prêmios a receber (Nota 8)	83.388	53.542
Operações com seguradoras	-	107
Ativos de resseguro - provisões técnicas (Notas 9 e 16)	156.469	119.550
Prêmio de resseguro diferido	130.082	107.885
Sinistros pendentes de pagamento (Nota 17)	25.399	10.349
Provisão de despesas relacionadas	988	1.316
Títulos e créditos a receber (Nota 10)	349	28.443
Depósitos judiciais (Nota 10)	-	28.443
Créditos Tributários e Previdenciários	349	-
Custos de aquisição diferidos (Nota 11)	36.839	29.021
Comissões diferidas - seguro	32.360	26.268
Comissões diferidas - cosseguro	4.479	2.753
Imobilizado (Nota 12)	2.770	3.283
Bens móveis	1.028	2.980
Outras imobilizações	1.742	303
Intangível (Nota 13)	3.108	2.866
Outros intangíveis	3.108	2.866
Total do ativo	1.337.777	982.109

Avenida Bartolomeu Mitre, nº 336, Parte - Leblon - CEP: 22431-002 - Rio de Janeiro / RJ - Brasil
 Central de Atendimento: +55 21 3125-5500 - Serviço de Atendimento ao Cliente: 0800.767.0097 - SAC - Deficiência Auditiva ou de Fala: 0800.767.0077
 Ouvidoria Austral Seguradora: 0800 202 2400

Balço patrimonial
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	31/12/2018	31/12/2017
Passivo		
Circulante	865.964	567.817
Contas a pagar	16.402	7.950
Obrigações a pagar	11.712	5.032
Impostos e encargos sociais a recolher	3.381	1.779
Encargos trabalhistas	878	768
Impostos e contribuições	431	371
Débitos de operações com seguros e resseguros	124.619	180.863
Prêmios a restituir	1.056	183
Operações com seguradoras	3.212	7.591
Operações com resseguradoras (Nota 14)	100.293	160.108
Corretores de seguros e resseguros	19.739	12.503
Outros débitos operacionais	319	478
Depósitos de terceiros (Nota 15)	5.681	2.545
Depósitos de terceiros (Nota 15)	5.681	2.545
Provisão técnica de seguros e resseguros (Nota 16)	719.262	376.459
Provisão de prêmios não ganhos	277.907	210.655
Provisão de sinistros a liquidar	306.895	51.613
Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados	128.889	113.774
Provisão de despesas relacionadas	5.211	-
Outras provisões	360	417
Não circulante	319.582	276.159
Contas a pagar	-	2.270
Tributos diferidos	-	2.270
Débito das operações com seguros e resseguros	68.347	35.109
Operações com seguradoras	6.319	425
Operações com resseguradoras (Nota 14)	47.476	27.821
Corretores de seguros e resseguros	14.552	6.863
Provisão técnica de seguros e resseguros (Nota 16)	251.225	238.770
Provisão de prêmios não ganhos	214.423	189.631
Provisão de sinistro a liquidar	35.651	47.653
Provisão de despesas relacionadas	1.151	1.486
Outros débitos	10	10
Processos administrativos	10	10
Patrimônio líquido (Nota 18)	152.231	138.133
Capital social	69.821	63.837
Aumento capital social em aprovação	9.406	5.984
Reserva de capital (Nota 22)	2.020	1.938
Reserva de lucros	69.821	66.153
Ajuste com títulos e valores mobiliários	1.163	221
Total do passivo e patrimônio líquido	1.337.777	982.109

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação - em reais)

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Prêmios emitidos	444.289	347.548
Variações das provisões técnicas de prêmios	(90.211)	(68.009)
Prêmios ganhos (Nota 23.a)	354.078	279.539
Receita com emissão de apólices DPVAT	2.553	2.262
Sinistros ocorridos (Nota 23.b)	(323.806)	(131.646)
Custos de aquisição (Nota 23.c)	(29.028)	(23.398)
Outras receitas e despesas operacionais (Nota 23.e)	(2.948)	(3.061)
Resultado com resseguro (Nota 23.d)	48.208	(73.678)
Despesas administrativas (Nota 23.f)	(20.687)	(18.486)
Despesas com tributos (Nota 23.g)	(7.530)	(2.415)
Resultado financeiro (Nota 23.h)	18.457	19.324
(=) Resultado operacional	39.297	48.441
Ganho ou perda com ativos não correntes	(5)	(326)
(=) Resultado antes dos impostos e participações	39.292	48.115
Imposto de renda (Nota 19)	(6.050)	(8.684)
Contribuição social (Nota 19)	(5.018)	(7.167)
Participações sobre o lucro	(5.950)	(4.738)
(=) Lucro líquido do exercício	22.274	27.526
Quantidade de ações	56.566.347	56.566.347
Lucro por ação:		
Básico - lucro líquido por lote de mil ações - em reais	0,39	0,49

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Lucro líquido do exercício	22.274	27.526
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para o resultado em períodos subsequentes:		
Variação valor justo ativos financeiros disponíveis para venda	1.536	436
Efeito do imposto de renda e contribuição social	(594)	(196)
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido dos impostos	942	240
Total de outros resultados abrangentes do exercício, líquido dos impostos	23.216	27.766

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	Capital social	Capital social (em aprovação)	Reservas de lucros			Ajuste TVM	Lucros acumulados	Total
			Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros			
Saldos em 31 de dezembro de 2016	44.360	19.477	1.754	3.071	43.557	(19)	-	112.200
Aprovação do aumento de capital (Nota 18.a)	19.477	(19.477)	-	-	-	-	-	-
Aumento capital social em aprovação (Nota 18.a)	-	5.984	-	-	-	-	-	5.984
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	27.526	27.526
Ganho não realizado nos títulos disponíveis para venda	-	-	-	-	-	240	-	240
Incentivo baseado em ações (Nota 22)	-	-	184	-	-	-	-	184
Proposta para distribuição do resultado:								
Constituição de reserva legal	-	-	-	1.376	-	-	(1.376)	-
Constituição de reserva de lucros (Nota 18.c)	-	-	-	-	18.149	-	(18.149)	-
Juros sobre capital próprio (Nota 18.c)	-	-	-	-	-	-	(8.001)	(8.001)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	63.837	5.984	1.938	4.447	61.706	221	-	138.133
Aprovação do aumento de capital (Nota 18.a)	5.984	(5.984)	-	-	-	-	-	-
Aumento capital social em aprovação (Nota 18.a)	-	9.406	-	-	-	-	-	9.406
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	22.274	22.274
Ganho não realizado nos títulos disponíveis para venda	-	-	-	-	-	942	-	942
Incentivo baseado em ações (Nota 22)	-	-	82	-	-	-	-	82
Proposta para distribuição do resultado:								
Constituição de reserva legal	-	-	-	1.113	-	-	(1.113)	-
Constituição de reserva de lucros (Nota 18.c)	-	-	-	-	11.961	-	(11.961)	-
Transferência para aumento de capital social	-	-	-	-	(9.406)	-	-	(9.406)
Juros sobre capital próprio (Nota 18.c)	-	-	-	-	-	-	(9.200)	(9.200)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	69.821	9.406	2.020	5.560	64.261	1.163	-	152.231

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

Demonstração do fluxo de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	22.274	27.526
Ajustes para:		
Depreciações e amortizações	1.460	1.399
Perda por redução ao valor recuperável dos ativos	169	-
Perda na alienação do imobilizado	-	(336)
Remuneração baseada em ações	82	184
	23.985	28.773
Variações nas contas patrimoniais		
Ativos financeiros	(58.433)	(55.672)
Créditos das operações com seguros e resseguros	30.615	(100.729)
Ativos de resseguros - provisões técnicas	(350.037)	(133.423)
Ativo fiscal diferido	(349)	1.211
Passivo fiscal diferido	(2.270)	-
Depósitos judiciais e fiscais	28.443	-
Títulos e créditos a receber	2.903	(30.172)
Custos de aquisição diferidos	(10.128)	(9.417)
Despesas antecipadas	(76)	-
Impostos e contribuições	17.367	10.837
Débitos de operações com seguros e resseguros	(20.896)	95.813
Contas a pagar	(1.593)	(7.126)
Depósito de terceiros	3.136	1.777
Provisões técnicas de seguros e resseguros	355.258	189.473
Imposto de renda e contribuição social pagos	(15.705)	(11.828)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	2.220	(20.483)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Recebimento pela venda de imobilizado	-	1
Aquisição de imobilizado	(91)	(61)
Aquisição de intangível	(1.348)	(1.320)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	(1.439)	(1.380)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital	-	5.984
Pagamento de juros sobre capital próprio	(817)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	(817)	5.984
Redução líquida no caixa e equivalentes de caixa	(36)	(15.879)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	7.217	23.096
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	7.181	7.217

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Austral Seguradora S.A. (“Seguradora” ou “Companhia”), é uma sociedade de capital fechado, constituída em 29 de dezembro de 2009, registrada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro em 15 de janeiro de 2010, com sede no Brasil e matriz domiciliada na cidade do Rio de Janeiro.

Em 6 de outubro de 2011, a Austral Participações S.A. passou a ser acionista e detentora de 100% das ações da Companhia.

Em 05 de setembro de 2014, os acionistas da Austral Participações S.A. aprovaram, a participação do International Finance Corporation - IFC como acionista da Companhia, mediante um aumento de capital social da Austral Participações S.A. A entrada do International Finance Corporation - IFC como acionista com participação qualificada indireta na Austral Seguradora S.A. foi ratificado pela Portaria SUSEP nº 6.130/2014, publicada no Diário Oficial da União em 24 de dezembro de 2014, tendo sido ratificado na referida portaria que não houve alteração do bloco de controle da Austral Participações S.A..

A partir de 28 de fevereiro de 2018, a Austral Participações II S.A. passou a ser controladora e detentora de 100% das ações da Companhia, não havendo, contudo, qualquer alteração no quadro de controladores finais da Companhia. A transferência do controle acionário direto da Companhia à Austral Participações II S.A., foi homologado pela Portaria SUSEP nº 7.117, de 07 de maio de 2018, e publicada no Diário Oficial da União em 09 de maio de 2018, restando ratificado, pela referida portaria, que o controle final da Companhia permanece inalterado.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

a) Continuidade

A Administração avaliou a habilidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio.

b) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015, e suas respectivas alterações e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, Comitê de Pronunciamentos Atuariais - CPA e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP (doravante “práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP”).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras--Continuação

b) Declaração de conformidade--Continuação

A Circular SUSEP nº 517, emitida em 30 de julho de 2015, e as alterações posteriores que dispõem sobre as alterações das normas contábeis a serem observadas pelas entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização, sociedades seguradoras e resseguradores locais, com vigência a partir da data de publicação, revogando a Circular SUSEP nº 508 emitida em 9 de janeiro de 2015.

A autorização para conclusão da elaboração das demonstrações financeiras foi concedida pela Administração da Seguradora em 27 de fevereiro de 2019.

c) Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real (R\$). Essa é a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia opera. As transações em moeda estrangeira são inicialmente convertidas pela taxa de câmbio para a moeda funcional na data da transação. Ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional utilizando a taxa de câmbio vigente na data do fechamento do balanço. As diferenças decorrentes da conversão são lançadas diretamente contra o resultado do exercício.

d) Base para mensuração

Os valores contidos nas demonstrações financeiras são expressos em Reais (R\$), arredondados em milhares (R\$000), exceto quando indicado de outra forma, e foram elaborados de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos no balanço patrimonial:

- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.
- Ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo.
- Provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP.
- Recebíveis.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras--Continuação

d) Base para mensuração--Continuação

Conforme permitido pelo CPC nº 11 - Contratos de Seguro, a Seguradora aplicou as práticas contábeis adotadas no Brasil aos seus contratos de seguro, de acordo com as normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis.

Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, dentre outros, a avaliação de passivos de contratos de seguros, a determinação do valor justo de ativos financeiros, o teste de perda do valor recuperável de ativos não financeiros, provisão para contingências e tributos diferidos.

A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá sofrer alteração em relação ao valor estimado em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação conforme comentado na Nota 4.

3. Resumo das principais políticas contábeis

As principais práticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os exercícios comparativos apresentados.

a) Disponível

Incluem caixa e saldos positivos em contas corrente, e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

b) Ativos financeiros

A classificação dos ativos financeiros depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação dos ativos financeiros na data inicial de aquisição dos ativos e reavalia a sua classificação no mínimo a cada data de balanço. A Seguradora classifica seus ativos financeiros conforme as categorias segundo CPC nº 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração:

I) Títulos mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de negociação no curto prazo, sendo reconhecidos inicialmente pelo valor justo. Esses ativos são mensurados ao custo atualizado, acrescido dos rendimentos auferidos, e avaliados subsequentemente ao valor justo, com variações do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado do período. Os custos de transação incorridos na aquisição dos ativos financeiros classificados nesta categoria são reconhecidos imediatamente no resultado do período conforme incorridos. Os títulos nessa categoria são classificados no ativo circulante independentemente da data de vencimento do título.

II) Títulos disponíveis para venda

A Seguradora classifica nesta categoria todos os ativos financeiros, não derivativos, que não sejam designados na categoria anterior. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

III) Recebíveis

Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a doze meses após a data-base do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis originados de contratos de seguros, tais como saldo de prêmios a receber de segurados, são classificados pela Seguradora nesta categoria e são mensurados inicialmente pelo valor justo e, subsequentemente, valorizados pelo custo amortizado deduzidos da provisão de redução ao valor recuperável - *impairment*. Na prática, são normalmente reconhecidos ao valor faturado através da emissão da apólice, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessário.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

c) Reconhecimento e mensuração de contratos de seguro e resseguro

Contratos de seguros são os contratos em que a Seguradora aceita o risco de seguro significativo de outra parte (o detentor da apólice), concordando em pagar indenização de seguro aos detentores da apólice no caso de ocorrência de um evento futuro incerto especificado (o evento segurado), com efeito adverso sobre o detentor da apólice. De forma geral, a Seguradora determina se apresenta risco de seguro significativo, por meio da comparação dos prêmios recebidos com os sinistros a pagar se o evento segurado tivesse ocorrido.

Os prêmios de seguros e as despesas de comercialização são registrados quando da emissão ou início de vigência do risco, o que ocorrer primeiro, sendo a parcela de prêmio ganho reconhecida no resultado de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto.

As operações de cosseguro aceito e as realizadas através dos consórcios do seguro DPVAT são contabilizadas com base nas informações recebidas das congêneres e da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., respectivamente.

Os ativos de resseguro são representados por valores a receber de resseguradores a curto e longo prazo, dependendo do prazo esperado de realização ou recebimento dos ativos junto aos resseguradores. Os ativos de resseguro são avaliados consistentemente com os passivos de seguro que foram objeto de resseguro e com os termos e condições de cada contrato. Os passivos a serem pagos a resseguradores são compostos substancialmente por prêmios pagáveis em contratos de resseguro. Quaisquer ganhos ou perdas, originados na contratação de resseguro são amortizados durante o período de expiração dos riscos dos contratos.

Os prêmios de resseguro cedidos são registrados quando da emissão ou início de vigência do risco, o que ocorrer primeiro, e apropriados ao resultado de acordo com as características de diferimento do prêmio de resseguro cedido, observando o tipo de contrato de resseguro em questão e base de cessão do mesmo.

A Seguradora analisa a recuperabilidade dos ativos de resseguro regularmente. Quando há evidência objetiva de perda no valor recuperável, a Seguradora reduz o valor contábil do ativo de resseguro ao seu valor estimado de recuperação e reconhece imediatamente qualquer perda no resultado do período.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, não foram verificadas as necessidades de se realizar provisão para perdas com o valor recuperável sobre os ativos de resseguro da Seguradora.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

d) Passivos de seguro

A Seguradora utilizou as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e pelo CPC nº 11 - Contratos de Seguro para avaliação da sua carteira e constituição das provisões técnicas para garantia de seus contratos de seguro, aplicando regras e procedimentos para mensuração e acompanhamento de seus contratos.

Adicionalmente, a Administração não identificou situações onde tenha utilizado excesso de prudência na avaliação de contratos de seguro segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

As provisões técnicas para garantia dos contratos de seguros são constituídas segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às sociedades seguradoras autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP a operar em seguro de danos, e estão de acordo com as determinações do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, expostas através da Resolução CNSP nº 321, de 15 de julho de 2015, e suas alterações, e pela Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015, e suas alterações posteriores.

Todas as metodologias adotadas para cálculo das provisões técnicas apresentam descrição em nota técnica atuarial desenvolvida pelo atuário responsável técnico.

Provisão de prêmios não ganhos - PPNG

É constituída para a cobertura de valores a pagar relativos a sinistros e despesas a ocorrer, ao longo dos prazos a decorrer, referentes aos riscos assumidos na data base de cálculo obedecidos os critérios estabelecidos em legislação vigente.

A parcela relativa aos riscos vigentes e emitidos - PPNG é calculada de acordo com formulação padrão estabelecida pela SUSEP. Já a parcela relativa aos riscos vigentes e não emitidos - PPNG é calculada através de metodologia própria que tem como base a escolha de um fator de atraso médio de acordo com a análise das taxas de atraso verificadas na carteira da seguradora.

Esse fator de atraso é aplicado sobre a PPNG de riscos vigentes e já emitidos - PPNG, resultando na provisão de prêmios não ganhos para riscos vigentes, mas não emitidos - PPNG-RVNE. Além disso, a Seguradora trata individualmente os casos de grandes apólices já sabidas pelos subscritores de cada linha de negócio, mas ainda não emitidas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

d) Passivos de seguro—Continuação

Provisão de prêmios não ganhos - PPNG--Continuação

Esse critério de cálculo permite uma adequação mais rápida da provisão a qualquer inconsistência verificada nos testes de consistência da provisão para os meses anteriores.

Provisão de Despesa Administrativa do DPVAT

Constituída com base nos valores informados exclusivamente pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.

Provisão de sinistros a liquidar - PSL

É constituída mensalmente para a cobertura dos valores esperados relativos a sinistros avisados e não pagos, até a data base do cálculo, incluindo os sinistros administrativos e judiciais. A PSL inclui atualizações monetárias, juros, variações cambiais e multas contratuais quando necessário. Para os sinistros do grupo de riscos financeiros, a Seguradora estima uma expectativa de ressarcimentos advinda da probabilidade de êxito na execução de seus contratos de contragarantia.

A provisão de sinistros a liquidar referente ao DPVAT é constituída com base nos valores informados exclusivamente pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.

Provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR

É constituída para a cobertura dos valores esperados a liquidar relativos a sinistros ocorridos e ainda não avisados até a data base de cálculo. A Seguradora não dispõe de um histórico de informações com dados estatísticos consistentes para a aplicação de método que utilize sua base de sinistros própria. Dessa forma, ela recorreu às informações públicas disponibilizadas no Sistema de Estatísticas da SUSEP - SES, buscando um percentual padrão por linha de negócio, de empresas com operações semelhantes, a ser aplicado no seu prêmio base dos últimos doze meses. Ressalta-se que a Companhia deve observar os percentuais apurados de forma a utilizados e ajustá-los de acordo com as variações e/ou discrepâncias em relação ao acompanhamento realizado internamente, via testes de consistência. Uma vez que a Seguradora passe a apresentar uma base de dados madura que permita o cálculo estatístico da provisão de IBNR, essa passará a utilizar metodologia estatística própria.

Além do montante apurado acima, o valor final de IBNR pode ser acrescido de uma parcela adicional de expectativa de sinistro para o grupo de riscos financeiros. Essa parcela reflete a estimativa de perda das expectativas avisadas à seguradora que ainda não foram caracterizados como sinistros.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

d) Passivos de seguro--Continuação

Provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR--Continuação

A provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR referente ao DPVAT é constituída com base nos valores informados exclusivamente pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.

Provisão de despesas relacionadas - PDR

É constituída mensalmente para a cobertura das despesas relacionadas ao pagamento de indenizações, abrangendo tanto as despesas que podem ser atribuídas individualmente a cada sinistro quanto às despesas que só podem ser relacionadas aos sinistros de forma agrupada.

A seguradora registra de forma tempestiva todas as despesas relacionadas ao processo de regulação de sinistros avisados e expectativas de sinistros do segmento de riscos financeiros. Em relação às despesas não incorridas de sinistros ocorridos, que, possivelmente se tornarão incorridas ao longo do período dos riscos assumidos, a Seguradora utiliza metodologia própria com base no seu histórico de despesas para apurar um percentual médio de despesas a ser aplicado aos sinistros pendentes na PSL e sinistros estimados em IBNR

e) Custos de aquisição diferidos

As despesas de comissão de seguro são registradas quando da emissão ou início de vigência do risco, o que ocorrer primeiro, e apropriadas ao resultado de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. O diferimento destas despesas é realizado por meio da mesma metodologia utilizada para o diferimento do prêmio de seguro relacionado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

e) Custos de aquisição diferidos--Continuação

A tabela abaixo demonstra o prazo médio de diferimento dos ramos:

A tabela abaixo demonstra o prazo médio de diferimento dos ramos:

<u>Ramos</u>	<u>31/12/2018</u>	
	<u>Prazo médio de vigência</u>	
	<u>Em dias</u>	<u>Em meses</u>
Compreensivo empresarial	275	9
Lucros cessantes	366	12
Riscos de engenharia	763	25
Riscos nomeados operacionais	366	12
Riscos de petróleo	458	15
Responsabilidade civil geral	671	22
Fiança locatícia	397	13
Garantia segurado - setor público	1.342	44
Garantia segurado - setor privado	824	27
Riscos marítimos - casco	397	13

<u>Ramos</u>	<u>31/12/2017</u>	
	<u>Prazo médio de vigência</u>	
	<u>Em dias</u>	<u>Em meses</u>
Lucros cessantes	427	14
Riscos de engenharia	732	24
Riscos diversos	732	24
Riscos nomeados operacionais	366	12
Riscos de petróleo	458	15
Responsabilidade civil geral	671	22
Fiança locatícia	397	13
Garantia segurado - setor público	1.342	44
Garantia segurado - setor privado	885	29
Riscos marítimos - casco	336	11

f) Reconhecimento de sinistros e despesas

Os sinistros decorrentes de seguros gerais incluem todos os eventos que ocorrem durante os exercícios, avisados ou não, os respectivos custos internos e externos com tratamento de sinistros diretamente relacionados ao processamento e liquidação dos mesmos, o valor reduzido representado por salvados e ressarcimentos e outros montantes recuperados e eventuais ajustes de sinistros a liquidar de exercícios anteriores.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

g) Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos a depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixada. Todos os outros reparos e as manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do período, quando incorridos.

A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

h) Intangível

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento de softwares de terceiros que são diretamente usados pela Seguradora são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso.
- A Administração pretende concluir o software e usá-lo.
- Pode-se demonstrar que é provável que o software gerará benefícios econômicos futuros
- Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar o software.
- O gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos no desenvolvimento e uma parcela adequada das despesas diretas aplicáveis.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

i) Recuperação de ativos financeiros

Por ocasião de encerramento de balanço, a Seguradora avalia se há evidências objetivas de que um determinado ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos originados pela não recuperação do ativo são incorridos somente se há evidências objetivas de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos.

j) Ativos contabilizados ao custo amortizado

Quando houver evidência clara da ocorrência de perda de valor recuperável de ativos contabilizados ao custo amortizado, o valor da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras esperadas, mas ainda não incorridas), descontada à taxa de juros efetiva original do ativo financeiro. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado.

A Seguradora inicialmente avalia individualmente se existe evidência clara de perda de valor recuperável de cada ativo financeiro que seja individualmente significativo, ou em conjunto para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos. Se for concluído que não existe real evidência de perda de valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, significativo ou não, o ativo é incluído em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes e é avaliado em conjunto com relação à perda de valor recuperável.

Eventual perda no valor recuperável é sempre avaliada na data de encerramento do exercício.

Para fins de *impairment*, a Companhia designa os prêmios de seguros a receber a partir de estudos econômicos de perdas incorridas, e riscos de inadimplência entre outros fatores. A constituição de *impairment* será registrada quando necessário de acordo com a Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015.

Se, em período subsequente, houver redução no montante da perda no valor recuperável claramente relacionada a um evento ocorrido após o reconhecimento da referida perda, a perda no valor recuperável anteriormente reconhecida será estornada. Qualquer estorno subsequente de perda no valor recuperável é reconhecido na demonstração do resultado, na medida em que o valor contábil do ativo não ultrapasse o seu respectivo custo amortizado na data do estorno.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

k) Imposto de renda e contribuição social

Ativos e passivos tributários correntes do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e exercícios anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. O imposto de renda foi calculado com base no resultado do período, pela alíquota de 25%, ajustado por adições e exclusões previstas na legislação fiscal em vigor. A contribuição social foi calculada com base no resultado do período, pela alíquota de 20%, ajustado por adições e exclusões previstas na legislação fiscal em vigor.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos refletem os efeitos das diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

As diferenças temporárias serão utilizadas para reduzir ou aumentar lucros tributários futuros. A Companhia semestralmente reavalia o montante de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos em relação à performance operacional e projeção do lucro tributável e, se necessário, reduz os valores para o valor esperado de realização.

l) Teste de adequação de passivo - TAP

Conforme requerido pelo pronunciamento CPC nº 11 - Contratos de Seguro, em cada data de balanço, a Seguradora avalia as obrigações decorrentes dos contratos de seguro vigentes na data base através do teste de adequação de passivo. A Superintendência de Seguros Privados instituiu e definiu as regras para a elaboração deste teste por meio da Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015, suas alterações e orientações posteriores.

O teste de adequação de passivo não se aplica aos contratos de seguro relativos ao ramo DPVAT e foi realizado com prudência e objetividade, a partir da utilização de métodos estatísticos e atuariais relevantes, aplicáveis e adequados, baseado em dados atualizados, informações fidedignas e considerações realistas.

Os fluxos de caixa estimados na realização do teste de adequação de passivos são brutos de resseguro. Na estimativa desses fluxos de caixas futuros, utilizou-se premissas atuais, realistas e não tendenciosas para cada variável envolvida. Todas as premissas e resultados encontrados apresentam detalhamento em relatório específico do teste.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

l) Teste de adequação de passivo--Continuação

Em resumo, o resultado do teste de adequação de passivo é apurado pela diferença entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa e a soma do saldo contábil das provisões técnicas na data base do teste, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas.

A Seguradora apresenta apenas fluxos de direitos e obrigações em moeda nacional e em dólar. Dessa forma, para as estimativas dos fluxos de caixa em valores nominais foi utilizada a ETTJ livre de risco pré-fixada da ANBIMA disponibilizada pela SUSEP. Do mesmo modo, para as estimativas decorrentes dos fluxos de caixa em dólar, utilizou-se a curva cupom dólar, disponibilizada pela SUSEP.

Os testes de adequação de passivo nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 indicaram que as provisões constituídas nas referidas datas base, deduzidas das despesas de comercialização diferidas e dos ativos intangíveis relacionados, são suficientes para garantir o valor presente esperado dos fluxos de caixa que decorram do cumprimento dos contratos de seguro.

Além disso, a comparação entre a provisão de prêmio não ganho - PPNG constituída, deduzida das despesas de comercialização diferidas e dos ativos intangíveis relacionados, com o valor presente dos fluxos de sinistros a ocorrer da Seguradora, não demonstrou necessidade de constituição da provisão complementar de cobertura - PCC.

m) Outras provisões, ativos e passivos contingentes

Segundo o CPC nº 25 - Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, uma provisão contingente de natureza trabalhista, cível e tributária é reconhecida quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de evento passado, cujo valor tenha sido estimado com segurança e que seja provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação. Quando alguma destas características não é atendida, a Companhia não reconhece uma provisão. As provisões são constituídas a partir de uma série de análises individualizadas, efetuadas pela assessoria jurídica da Seguradora, dos processos administrativos e judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando um desembolso futuro. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam julgadas favoravelmente à Companhia em caráter definitivo e quando a probabilidade de realização do ativo seja provável.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

n) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e considera que a contabilização dos prêmios de seguros ocorre na data de emissão ou início de vigência do risco, o que ocorrer primeiro.

Os prêmios de seguros e as correspondentes despesas de comercialização são apropriados no resultado de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. As receitas de prêmios de seguros são apropriadas ao resultado quando da emissão ou início de vigência do risco, o que ocorrer primeiro, e diferidas para apropriação, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência das apólices, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios não ganhos - PPNG. Os prêmios relativos aos contratos de resseguro são registrados como prêmios de resseguros cedidos no resultado e diferidos para apropriação por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios não ganhos - PPNG, conforme metodologia descrita em nota técnica atuarial.

o) Resultado por ação

Em atendimento ao CPC nº 41 - Resultado por Ação, a Companhia apresenta o resultado por ação básico e diluído para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade de ações disponíveis na data. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia não possuía ações preferenciais.

O cálculo do lucro líquido por lote de mil ações está demonstrado nas demonstrações de resultado do exercício. Para a finalidade de calcular o resultado diluído por ação, a Companhia ajusta o lucro atribuível ao titular de ações ordinárias (capital próprio ordinário) da Companhia, bem como o número médio ponderado de ações totais em poder do acionista (em circulação), para refletir os efeitos de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras.

O objetivo do resultado diluído por ação é fornecer uma medida da participação de cada ação ordinária no desempenho da companhia e, ao mesmo tempo, refletir os efeitos de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras em circulação durante o período.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

p) Incentivo baseado em ações

O incentivo dos executivos baseado em ações é mensurado e reconhecido a valor justo na data em que as opções foram outorgadas, em conta específica no patrimônio líquido e na demonstração do resultado, conforme as condições contratuais sejam atendidas. O custo de transações liquidadas com títulos patrimoniais é reconhecido ao longo do exercício em que as condições de serviço são cumpridas, com término na data em que o funcionário adquire o direito completo ao prêmio (data de aquisição). A despesa acumulada reconhecida até a data de aquisição reflete a extensão em que o período de aquisição tenha expirado e a melhor estimativa da Companhia do número de títulos patrimoniais que serão adquiridos

q) Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente

O CPC nº 48 (IFRS 9) - Instrumentos financeiros foi emitido em dezembro de 2016, é o primeiro passo no processo para substituir o IAS nº 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". O CPC nº 48 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge.

Conforme ata de reunião da Comissão Contábil da SUSEP de 25/01/2018, a discussão sobre esse pronunciamento será realizada na Comissão Contábil da SUSEP, a fim de avaliar a forma de adoção pelo mercado supervisionado. Foi destacado que o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC adicionou ao cabeçalho do CPC nº 38 um aviso alertando que o pronunciamento continua válido enquanto sua revogação não for determinada pelo órgão regulador.

O IFRS nº 17 - Contratos de Seguros foi emitido em maio de 2017 e estabelece princípios para reconhecimento, mensuração e apresentação e divulgação de contratos de seguros emitidos. Também requer princípios similares a serem aplicados aos contratos de resseguro detidos e contratos de investimento com características de participação discricionária emitidos. O objetivo é garantir que as entidades forneçam informações relevantes de forma a que fielmente represente esses contratos. O IFRS nº 17 é aplicável a partir de 01 janeiro de 2021, sendo permitida a aplicação antecipada.

O IFRS nº 16 - CPC 06 (R2) "*Leasing*" estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração e apresentação e divulgação de arrendamentos. O objetivo é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes de modo que representem fielmente essas transações. Essas informações fornecem base para que usuários das demonstrações financeiras avaliem o efeito que os arrendamentos têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia. A nova norma passa a vigorar por períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

- q) Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente--Continuação

Os normativos acima serão aplicáveis quando referendados pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Os possíveis impactos decorrentes da adoção destas alterações estão sendo avaliados e serão concluídos até a data da entrada em vigor das normas. Não há outras normas IFRS ou interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de alto grau de julgamento da Administração na utilização de determinadas políticas contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

No processo de aplicação das práticas contábeis, a Administração fez os seguintes julgamentos, além daqueles que envolveram estimativas e premissas, que tiveram os principais efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

- a) Avaliação de passivos de contratos de seguros

Conforme permitido pelo pronunciamento CPC nº 11 - Contratos de Seguro, a Companhia aplicou as práticas contábeis aceitas no Brasil aos seus contratos de seguro. As provisões técnicas que representam os passivos de contratos de seguros dos ramos em que a Seguradora atua são: provisão de prêmios não ganhos riscos vigentes e já emitidos - PPNG, provisão de prêmios não ganhos para riscos vigentes, mas não emitidos - PPNG-RVNE, provisão de sinistros a liquidar - PSL, provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR e provisão de despesas relacionadas - PDR.

As provisões técnicas da Seguradora são calculadas de acordo com metodologias conhecidas no mercado segurador brasileiro, estando em conformidade com todos os requisitos estabelecidos pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. O comportamento da carteira de seguros da Companhia é acompanhado mensalmente a fim de prever e estabelecer critérios adequados para mensuração de suas provisões.

- b) Provisão para recuperação de ativos de seguros, cosseguros e resseguros

Essas provisões são registradas de acordo com a Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015, e suas alterações, sendo constituídas em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização dos valores a receber relativos a operações com seguros, cosseguros e resseguros.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

--Continuação

c) Vida útil dos ativos imobilizado e intangível

A depreciação ou amortização dos ativos imobilizado e intangível considera a melhor estimativa da Administração sobre a utilização desses ativos ao longo de suas operações. Mudanças no cenário econômico e/ou no mercado consumidor podem requerer a revisão das estimativas de vida útil.

d) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa mensalmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

e) Provisões para contingências

A Seguradora está sujeita a reivindicações legais, cíveis e trabalhistas cobrindo assuntos que advêm do curso normal das atividades de seus negócios, sendo que a avaliação dos riscos envolve considerável julgamento por parte da Administração, para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis. Como resultado de um acontecimento passado, é provável que uma saída de recurso envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas mensalmente.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não possuía nenhuma contingência de natureza trabalhista ou tributária, possuindo apenas contingências de natureza cível que se encontram provisionadas na rubrica de PSL judicial.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

5. Gestão de risco de seguro e risco financeiro

a) Risco de seguro

O principal risco para a Seguradora nos contratos de seguro é que os pagamentos de sinistros não correspondam às expectativas. Isso é influenciado pela frequência dos sinistros, sua gravidade, valores efetivamente pagos e históricos de sinistros de longo prazo. Desta forma, o objetivo da Seguradora é de assegurar a disponibilidade de reservas suficientes para cobrir esses passivos.

A exposição do risco acima é reduzida por meio da diversificação da carteira, através da análise criteriosa de aceitação do risco, com a implementação de diretrizes saudáveis e prudentes sobre a estratégia de subscrição, bem como o monitoramento constante para realização de eventuais ajustes.

A Seguradora subscreve seguros listados na tabela a seguir, considerando fatores técnicos de risco. Para fins de precificação dos riscos, com o objetivo de obter resultados consistentes, estáveis, positivos individualmente e para a carteira, é adotada a política de subscrição e procedimentos operacionais para avaliação de riscos. A Seguradora utiliza um modelo de precificação que segue as premissas de gestão de riscos da Companhia. Destacamos que o procedimento contempla o regime de alçadas decisórias, documentos estes formalmente aprovados e devidamente divulgados a todas as alçadas envolvidas.

A Seguradora adquire resseguro como parte do seu programa de redução de riscos. O resseguro cedido é contratado em bases proporcionais e não proporcionais.

O quadro abaixo mostra a concentração de risco no âmbito do negócio por região e por carteira, baseada no valor de prêmio bruto de resseguro e líquido de resseguro.

<u>Ramo/região geográfica</u>	<u>Distribuição de prêmio bruto de resseguro em 31 de dezembro de 2018</u>					
	<u>Centro Oeste</u>	<u>Nordeste</u>	<u>Norte</u>	<u>Sudeste</u>	<u>Sul</u>	<u>Total</u>
DPVAT	2.122	4.190	1.266	10.193	4.266	22.037
Garantia	13.715	10.356	1.111	146.474	2.791	174.447
Fiança locatícia	-	34	27	355	1	417
Risco de engenharia	2	19	-	488	17	526
Responsabilidade civil	154	1	-	32	1	188
Risco de petróleo	-	657	-	208.682	-	209.339
Lucros cessantes	-	-	-	8.840	-	8.840
Riscos nomeados operacionais	1.100	4	897	4.086	137	6.224
Riscos marítimos - casco	-	485	206	21.352	198	22.241
Compreensivo empresarial	-	-	-	30	-	30
Total	17.093	15.746	3.507	400.532	7.411	444.289

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

5. Gestão de risco de seguro e risco financeiro--Continuação

a) Risco de seguro--Continuação

<u>Ramo/região geográfica</u>	Distribuição de prêmio bruto de resseguro em 31 de dezembro de 2017					
	Centro Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total
DPVAT	2.386	4.633	1.475	12.021	5.022	25.537
Garantia	11.484	6.554	7.916	132.860	3.067	161.881
Fiança locatícia	-	45	15	581	1	642
Risco de engenharia	1.354	47	-	5.698	7	7.106
Responsabilidade civil	200	3	-	247	-	450
Risco de petróleo	-	-	-	127.096	-	127.096
Riscos diversos	-	-	-	(51)	-	(51)
Lucros cessantes	-	79	-	2.791	798	3.668
Riscos nomeados operacionais	1.228	83	451	5.623	2.250	9.635
Riscos marítimos - casco	-	1.304	89	9.725	466	11.584
Total	16.652	12.748	9.946	296.591	11.611	347.548

<u>Ramo/região geográfica</u>	Distribuição de prêmio líquido de resseguro em 31 de dezembro de 2018					
	Centro Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total
DPVAT	2.122	4.191	1.266	10.193	4.266	22.038
Garantia	7.511	5.556	630	59.785	1.561	75.043
Fiança locatícia	-	19	15	147	-	181
Risco de engenharia	1	9	-	224	8	242
Responsabilidade civil	40	1	-	14	-	55
Risco de petróleo	-	83	-	5.797	-	5.880
Lucros cessantes	-	-	-	1.231	-	1.231
Riscos nomeados operacionais	318	-	165	838	24	1.345
Riscos marítimos - casco	-	208	79	3.416	117	3.820
Compreensivo empresarial	-	-	-	13	-	13
Total	9.992	10.067	2.155	81.658	5.976	109.848

<u>Ramo/região geográfica</u>	Distribuição de prêmio líquido de resseguro em 31 de dezembro de 2017					
	Centro Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total
DPVAT	2.386	4.633	1.475	12.021	5.022	25.537
Garantia	6.148	3.931	4.686	58.426	1.616	74.807
Fiança locatícia	-	30	10	352	1	393
Risco de engenharia	258	23	-	1.082	4	1.367
Responsabilidade civil	42	1	-	69	-	112
Risco de petróleo	-	-	-	3.816	-	3.816
Riscos diversos	-	-	-	(35)	-	(35)
Lucros cessantes	-	4	-	228	32	264
Riscos nomeados operacionais	262	4	79	117	90	552
Riscos marítimos - casco	-	574	35	2.553	168	3.330
Total	9.096	9.200	6.285	78.629	6.933	110.143

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

5. Gestão de risco de seguro e risco financeiro--Continuação

b) Riscos financeiros

A política de investimentos define as diretrizes para a alocação dos recursos da Seguradora em títulos e valores mobiliários bem como o monitoramento dos riscos inerentes à carteira de investimentos.

Os investimentos são pautados em análises dos cenários macroeconômicos de curto, médio e longo prazo, sendo observadas as principais variáveis da economia brasileira e mundial, tais como: expectativas de evolução das taxas de juros, inflação, câmbio, crescimento da economia, entre outras.

Em suas decisões de investimento, a Seguradora considera a necessidade de caixa e o casamento dos seus ativos e passivos seguindo uma postura conservadora com relação ao crédito de suas contrapartes e nos investimentos realizados. A gestão de riscos dos investimentos financeiros é realizada através de análise e monitoramento diário da carteira.

A Seguradora possui um comitê de investimentos que se reúne para analisar a performance da carteira, traçar cenários prospectivos e, com isso, definir as linhas gerais para os investimentos nos meses seguintes.

c) Risco de crédito

Consiste na possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelas contrapartes de suas obrigações financeiras nos termos pactuados. As análises de risco de créditos são baseadas em rating determinado por agências classificadoras de riscos.

A Companhia possui negócios com resseguradores locais, admitidos e eventuais bem avaliados pelas agências de rating, apresentando as seguintes classificações mínimas: Standard & Poor's (BBB), Fitch (A-), Moody's (A2) e A.M Best Company (B++).

Adicionalmente, a Seguradora possui uma exposição de R\$5.443 (R\$3.308 em 31 de dezembro de 2017) em cosseguro, onde as contrapartes são sociedades seguradoras. Esta exposição em risco de crédito foi calculada de acordo com o artigo 5º do anexo I da Resolução CNSP nº 321, de 15 de julho de 2015 e suas alterações posteriores.

d) Risco de mercado

Consiste na possibilidade de perdas, em função de flutuação desfavorável do valor dos investimentos da Seguradora.

O controle do risco de mercado é baseado no modelo Value at Risk - VAR, que demonstra a maior perda esperada de um ativo ou carteira, para um determinado horizonte de tempo e dada uma probabilidade de ocorrência.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

5. Gestão de risco de seguro e risco financeiro--Continuação

d) Risco de mercado--Continuação

Em paralelo a esse controle, a Seguradora desenvolveu um modelo para cálculo do capital de risco de mercado baseado nos princípios estabelecidos na Resolução CNSP nº 321, de 15 de julho de 2015 e suas alterações posteriores.

e) Risco de liquidez

Consiste na possibilidade de uma Companhia não ser capaz de responder aos seus compromissos de pagamentos em função do descasamento de prazo entre seus ativos e passivos. A Administração possui visibilidade diária à carteira da Companhia, discutindo regularmente em suas reuniões ou extraordinariamente quando necessário a posição dos investimentos levando em conta a sua liquidez e expectativa de rentabilidade.

A Seguradora tem por filosofia ser conservadora em seus ativos financeiros, entendidos como a soma de sua posição disponível mais suas aplicações financeiras, priorizando sempre a capacidade de liquidez na escolha de seus ativos financeiros e tendo como base suas obrigações com as contrapartes. Atualmente a empresa possui 63,7% (65,2% em 31 de dezembro de 2017) da sua carteira em depósitos bancários, LFT, NTN-B e demais títulos que possuem liquidez diária a despeito do seu vencimento. As cotas de fundos de investimentos referentes ao DPVAT correspondem a 24,8% (25,7% em 31 de dezembro de 2017) de sua carteira (esses fundos só podem investir em títulos públicos que, como dito anteriormente, possuem liquidez imediata). Adicionalmente, 10,8% (6,6% em 31 de dezembro de 2017) dos ativos financeiros são compostos por fundos de investimento com prazos de resgate de até 120 dias.

Vale ressaltar que a Seguradora faz um bloqueio em ativos aceitos pelo Conselho Monetário Nacional para cobertura das provisões técnicas e de 20% do capital de risco, mantendo uma situação de liquidez em relação ao capital de risco, conforme disposto na Resolução CNSP nº 321, de 15 de julho de 2015.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

5. Gestão de risco de seguro e risco financeiro--Continuação

e) Risco de liquidez--Continuação

Ativos e passivos	31 de dezembro de 2018			Total
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	Acima de 2 anos	
Caixa e bancos	7.181	-	-	7.181
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	269.240	2.440	-	271.680
Ativos financeiros disponíveis para venda	71.178	-	-	71.178
Crédito das operações de seguros e resseguros	115.509	36.377	47.011	198.897
Outros créditos operacionais	10.831	-	-	10.831
Títulos e créditos a receber	4.006	349	-	4.355
Total de ativos	477.945	39.166	47.011	564.122
Contas a pagar	16.402	-	-	16.402
Passivos de contrato de seguros (líquidos de resseguro)	169.771	72.077	22.679	264.527
Débito das operações de seguros e resseguros	124.619	28.685	39.662	192.966
Depósitos de terceiros	5.681	-	-	5.681
Total de passivos	316.473	100.762	62.341	479.576

Ativos e passivos	31 de dezembro de 2017			Total
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	Acima de 2 anos	
Caixa e bancos	7.217	-	-	7.217
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	236.684	7.148	-	243.832
Ativos financeiros disponíveis para venda	39.651	-	-	39.651
Crédito das operações de seguros e resseguros	119.949	23.343	30.306	173.598
Outros créditos operacionais	68.774	-	-	68.774
Títulos e créditos a receber	6.909	28.443	-	35.352
Total de ativos	479.184	58.934	30.306	568.424
Contas a pagar	7.950	2.270	-	10.220
Passivos de contrato de seguros (líquidos de resseguro)	140.086	60.829	58.391	259.306
Débito das operações de seguros e resseguros	180.863	11.894	23.215	215.972
Depósitos de terceiros	2.545	-	-	2.545
Total de passivos	331.444	74.993	81.606	488.043

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

5. Gestão de risco de seguro e risco financeiro--Continuação

f) Testes de sensibilidade

A Seguradora tem como procedimento em sua política de monitoramento de riscos, a análise periódica de sua carteira de investimentos com o intuito de avaliar a volatilidade da mesma, por meio de mudanças que podem trazer alterações significativas nos resultados.

De acordo com a administradora dos recursos financeiros da Companhia, a Vinci Gestora de Recursos Ltda., tais investimentos geravam uma exposição cujo Value at Risk - VAR paramétrico com nível de confiança de 95%, horizonte de um dia e histórico de duzentos e cinquenta e dois dias úteis era 0,14% do patrimônio da carteira ou 0,24% com nível de confiança de 99%. A Seguradora também considera em sua análise o comportamento da sua carteira de investimentos em cenários de stress dos principais fatores de risco que compõem seus ativos, descritos abaixo:

- Estrutura da curva a termo do IPCA: variação de 100 pontos base ou 1% de forma equânime em todos os vértices da curva a termo de inflação – IPCA, inferida pela curva de juros das NTN-B.
- Câmbio: variação de 5% na taxa de câmbio.

Cenário A (**)			Cenário B (**)		
Fatores de risco	Choque	Impacto no resultado antes dos impostos	Fatores de risco	Choque	Impacto no resultado antes dos impostos
Inflação	+100 bps (*)	(3.830)	Inflação	-100 bps (*)	3.830
Câmbio	+5%	2.002	Câmbio	-5%	(2.002)
Total		(1.828)	Total		1.828

(*) bps = pontos base, sendo 1 bp = 0,01%.

(**) Informações fornecidas pela Administradora dos recursos financeiros da Companhia (Vinci Gestora de Recursos Ltda.).

Além dos cenários acima expostos, os índices de sinistralidade observados nas linhas de negócio impactam diretamente o resultado apresentado em 31 de dezembro de 2018.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

5. Gestão de risco de seguro e risco financeiro--Continuação

f) Testes de sensibilidade--Continuação

Com o intuito de realizar um teste de sensibilidade de sinistralidade, adotou-se um percentual de 10% de agravamento nos valores das indenizações avisadas líquidas das expectativas de salvados e ressarcimentos e brutas das despesas relacionadas a sinistros dos últimos doze meses por ramo de atuação da Seguradora, desconsiderando a operação de DPVAT. O prêmio base utilizado nesse teste não considerou a estimativa de riscos vigentes e não emitidos. Essa sinistralidade agravada foi limitada a uma sinistralidade mínima de 10% sobre o prêmio ganho apurado por ramo dos últimos doze meses. Os valores utilizados são brutos das operações de cosseguro aceito e líquidos das operações de cosseguro cedido. Dessa forma, pode-se calcular o impacto sobre o resultado da Companhia com esses novos montantes de sinistros. Observa-se que a atual metodologia utilizada para cálculo do sinistro ocorrido, mas não avisado - IBNR não sofre impacto com esse agravamento de sinistralidade.

A tabela abaixo apresenta os valores de variação dos sinistros avisados brutos e líquidos de resseguros, considerando as sinistralidades abaixo informadas por ramo de atuação da Seguradora:

Ramos	31 de dezembro de 2018				
	Sinistralidade agravada	Varição de sinistro avisado, bruto de resseguro	Varição de sinistro avisado, líquido de resseguro	Teste de Variação de IBNR bruto de resseguro	Teste de Variação de IBNR, líquido de resseguro
Compreensivo empresarial	10,00%	2	2	-	-
Lucros cessantes	10,00%	9	-	-	-
Riscos de engenharia	24,96%	237	23	-	-
Riscos diversos	10,00%	2	1	-	-
Riscos nomeados operacionais	3.039,90%	15.248	100	-	-
Riscos de petróleo	26,44%	3.716	75	-	-
Responsabilidade civil geral	16,67%	8	-	-	-
Fiança locatícia	10,00%	64	-	-	-
Garantia segurado - setor público	97,96%	10.834	754	-	-
Garantia segurado - setor privado	114,05%	1.606	17	-	-
Riscos marítimos - casco	46,92%	778	11	-	-
Total		32.504	983	-	-

Ramos	31 de dezembro de 2017				
	Sinistralidade agravada	Varição de sinistro avisado, bruto de resseguro	Varição de sinistro avisado, líquido de resseguro	Teste de Variação de IBNR bruto de resseguro	Teste de Variação de IBNR, líquido de resseguro
Lucros cessantes	10,00%	379	25	-	-
Riscos de engenharia	28,89%	256	5	41	1
Riscos diversos	37,13%	17	12	1	1
Riscos nomeados operacionais	10,00%	849	2	-	-
Riscos de petróleo	41,55%	3.886	10	-	-
Responsabilidade civil geral	10,00%	41	10	-	-
Fiança locatícia	72,86%	43	19	4	2
Garantia segurado - setor público	83,13%	7.507	601	541	43
Garantia segurado - setor privado	206,96%	3.553	333	256	24
Riscos marítimos - casco	39,10%	251	-	-	-
Total		16.782	1.017	843	71

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

5. Gestão de risco de seguro e risco financeiro--Continuação

f) Teste de sensibilidade--Continuação

Sinistralidade--Continuação

O impacto sobre o resultado e patrimônio líquido da Seguradora após impostos e contribuições em 31 de dezembro de 2018 seria uma redução do resultado e do patrimônio líquido no montante de R\$521 (R\$667 em 31 de dezembro de 2017).

6. Ativos financeiros

a) Classificação por categoria e faixa de vencimento

		31 de dezembro de 2018							Percentual contábil das aplicações	Percentual de curva das aplicações
	Taxas contratadas	Sem vencimento	Até 12 meses	De 13 a 60 meses	Acima de 60 meses de mercado	Valor contábil de mercado	Valor de curva			
I. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:										
Quotas de fundo de investimento financeiro - DPVAT	-	86.839	-	-	-	86.839	86.839	26%	26%	
Letras financeiras do tesouro - LFT	SELIC	-	44.798	99.253	701	144.752	144.771	42%	42%	
Quotas de fundos de investimentos	-	40.089	-	-	-	40.089	40.089	12%	12%	
II. Títulos disponíveis para venda:										
Notas do tesouro nacional - NTN-B	IPCA	-	-	8.858	33.991	42.849	41.121	13%	13%	
Certificado de depósito no exterior	2,30	-	9.697	-	-	9.697	9.698	3%	3%	
Títulos públicos no exterior	4,76	-	-	4.652	-	4.652	4.711	1%	1%	
Títulos privados no exterior	4,37	-	-	13.980	-	13.980	14.111	3%	3%	
Total		126.928	54.495	126.743	34.692	342.858	341.340	100%	100%	

		31 de dezembro de 2017							Percentual contábil das aplicações	Percentual de curva das aplicações
	Taxas contratadas	Sem vencimento	Até 12 meses	De 13 a 60 meses	Acima de 60 meses de mercado	Valor contábil de mercado	Valor de curva			
I. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:										
Quotas de fundo de investimento financeiro - DPVAT	-	74.778	-	-	-	74.778	74.778	26%	26%	
Letras financeiras do tesouro - LFT	SELIC	-	86.016	40.529	-	126.545	126.541	45%	45%	
Certificado de depósito no exterior	1,38%	-	16.192	-	-	16.192	16.192	6%	6%	
Quotas de fundos de investimentos	-	26.317	-	-	-	26.317	26.317	9%	9%	
II. Títulos disponíveis para venda:										
Notas do tesouro nacional - NTN-B	IPCA	-	-	8.452	31.199	39.651	39.284	14%	14%	
Total		101.095	102.208	48.981	31.199	283.483	283.112	100%	100%	

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

6. Ativos financeiros--Continuação

a) Classificação por categoria e faixa de vencimento--Continuação

Para os títulos públicos, os valores de mercado foram determinados com base nas cotações divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades do Mercado Financeiro e de Capitais (ANBIMA).

As quotas dos fundos de investimento são valorizadas com base no valor unitário da quota na data de encerramento do balanço, conforme informado pelos administradores dos respectivos fundos de investimento.

O valor de mercado dos fundos imobiliários listados que a Seguradora possui em carteira foi obtido a partir do preço divulgado pelo administrador.

b) Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, e seus respectivos métodos de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como se segue:

- Nível 01: títulos com cotação em mercado ativo.
- Nível 02: títulos não cotados nos mercados abrangidos no “Nível 01” cuja precificação é direta ou indiretamente observável.

	31 de dezembro de 2018			31 de dezembro de 2017		
	Nível 01	Nível 02	Total	Nível 01	Nível 02	Total
I. <u>Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:</u>						
Fundos de investimento:						
Quotas de fundos de investimentos	26.586	13.503	40.089	6.342	19.975	26.317
Quotas de fundo de investimento financeiro - DPVAT	-	86.839	86.839	-	74.778	74.778
Títulos de renda fixa - públicos:						
Letras financeiras do tesouro - LFT	144.752	-	144.752	126.545	-	126.545
II. <u>Títulos disponíveis para venda:</u>						
Títulos de renda fixa- privados:						
Certificado de depósito no exterior	9.697	-	9.697	16.192	-	16.192
Corporate bonds	-	13.980	13.980	-	-	-
Títulos de renda fixa - públicos:						
Notas do tesouro nacional - NTN-B	42.849	-	42.849	39.651	-	39.651
Global bonds	-	4.652	4.652	-	-	-
Total	223.884	118.974	342.858	188.730	94.753	283.483

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

6. Ativos financeiros--Continuação

c) Movimentação das aplicações financeiras

As movimentações das aplicações financeiras estão demonstradas na tabela abaixo:

	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Total
Saldo final em 31 de dezembro de 2016	215.237	12.334	227.571
(+) Aplicações	181.264	32.443	213.707
(-) Resgates	(167.545)	(8.168)	(175.713)
(+) Rendimentos	14.854	2.606	17.460
(+/-) Ajuste ao valor justo	22	436	458
Saldo final em 31 de dezembro de 2017	243.832	39.651	283.483
(+) Aplicações	259.550	23.653	283.203
(-) Resgates	(247.164)	-	(247.164)
(+) Rendimentos	15.481	6.337	21.818
(+/-) Ajuste ao valor justo	(19)	1.537	1.518
Saldo final em 31 de dezembro de 2018	271.680	71.178	342.858

7. Garantia das provisões técnicas

O Banco Central do Brasil - BACEN, através da Resolução nº 4.444, de 13 de novembro de 2015, com suas alterações posteriores, e a SUSEP, através da Resolução CNSP nº 321, de 15 de julho de 2015, regulamentaram as normas para a aplicação dos recursos garantidores das provisões técnicas por parte das sociedades seguradoras. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia apresentava as seguintes coberturas:

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

7. Garantia das provisões técnicas--Continuação

	31/12/2018	31/12/2017
Provisão de prêmios não ganho - PPNG	492.330	400.286
Provisão de sinistros a liquidar - PSL	342.546	99.266
Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados - IBNR	128.889	113.774
Provisão de despesas relacionadas - PDR	6.362	1.486
Provisão de despesas administrativas - DPVAT	360	417
Total das provisões técnicas	970.487	615.229
Direitos creditórios	(165.442)	(141.403)
Custo de aquisição diferido redutores de PPNG	(33.269)	(34.696)
Provisão de prêmios não ganho resseguros - PPNG	(210.444)	(139.497)
Recuperação de sinistros a liquidar - PSL	(314.203)	(59.822)
Recuperação de sinistros ocorridos, mas não avisados - IBNR	(49.049)	(45.642)
Provisão de despesas relacionadas - PDR	(5.756)	(1.316)
Depósitos judiciais redutores	-	(28.443)
Provisão do consórcio DPVAT	(86.778)	(74.678)
Total das exclusões	(864.941)	(525.497)
Total das provisões técnicas para cobertura	105.546	89.732
Composição dos ativos vinculados à cobertura das provisões técnicas:		
Letras financeiras do tesouro - LFT	69.804	43.100
Notas do tesouro nacional - NTN-B	42.849	39.651
Quotas de fundos de investimentos	8.098	17.184
Quotas de fundo de investimento imobiliário	6.586	6.342
Total dos ativos vinculados à cobertura das provisões técnicas	127.337	106.277
Suficiência	21.791	16.545

8. Crédito das operações com seguros - prêmios a receber

	31/12/2018	31/12/2017
Prêmios a receber - circulante	105.977	108.616
Prêmios a receber - não circulante	83.388	53.542
Total circulante e não circulante	189.365	162.158
Aging de prêmios a receber:		
Prêmios a vencer		
De 1 a 30 dias	28.556	53.138
De 31 a 60 dias	20.267	16.835
De 61 a 120 dias	19.589	15.858
De 121 a 180 dias	6.615	7.506
De 181 a 360 dias	25.401	11.501
Superior a 360 dias	83.388	53.542
Total de prêmios a vencer	183.816	158.380
Prêmios vencidos		
De 1 a 30 dias	1.399	3.113
De 31 a 60 dias	1.645	291
De 61 a 120 dias	2.203	374
De 121 a 180 dias	1.689	-
De 181 a 360 dias	642	-
Total de prêmios vencidos	7.578	3.778
Provisão para perda de valor recuperável	(2.029)	-
Total de prêmios a receber	189.365	162.158

Avenida Bartolomeu Mitre, nº 336, Parte - Leblon - CEP: 22431-002 - Rio de Janeiro / RJ - Brasil
Central de Atendimento: +55 21 3125-5500 - Serviço de Atendimento ao Cliente: 0800.767.0097 - SAC - Deficiência Auditiva ou de Fala: 0800.767.0077
Ouvidoria Austral Seguradora: 0800 202 2400

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

8. Crédito das operações com seguros - prêmios a receber--Continuação

Movimentação dos prêmios a receber

	31/12/2018	31/12/2017
Saldo inicial	162.158	131.931
(+) Prêmios emitidos	506.225	324.353
(+/-) Riscos vigentes não emitidos - RVNE	(21.737)	26.306
(+) Imposto sobre operações financeiras - IOF	22.346	9.761
(+/-) Adicional de fracionamento	119	423
(-) Recebimentos	(477.717)	(330.616)
(-) Provisão para perda de valor recuperável	(2.029)	-
Saldo final	189.365	162.158

Cabe destacar que parte dos valores de prêmios vencidos foram contabilizados como redução ao valor recuperável, uma vez que a Companhia considera um risco para o recebimento dos mesmos, conforme apresentado no estudo de redução ao valor recuperável dos prêmios a receber.

De acordo com os fluxos de recebimento de prêmios e parcelamentos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foi observado que a Seguradora tem operado com uma média de parcelamento de 02 vezes.

9. Ativos de resseguros - provisões técnicas

	31/12/2018	31/12/2017
Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados - IBNR	49.049	45.642
Recuperação de despesa de sinistro	5.757	1.316
Recuperação de indenização de sinistro	314.203	59.822
Prêmio de resseguro diferido	336.951	249.143
Total geral	705.960	355.923
Total circulante	549.491	236.373
Total não circulante	156.469	119.550

10. Títulos e créditos a receber

a) Créditos tributários

Em 31 de dezembro de 2018, o valor de R\$3.904 (R\$2.932 em 31 de dezembro de 2017) refere-se a: (i) R\$2.022 (R\$2.381 em 31 de dezembro de 2017) referente a créditos tributários de Programa de Integração Social PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS calculados sobre o saldo da Provisão de Sinistro a Liquidar - PSL e Sinistros Ocorridos mas não Avisados - IBNR; (ii) R\$1.866 (R\$529 em 31 de dezembro de 2017) referente a créditos tributários de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL; e (iii) R\$16 (R\$22 em 31 de dezembro de 2017) referente a créditos tributários de Programa de Integração social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, pago a maior.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

10. Títulos e créditos a receber--Continuação

a) Créditos tributários--Continuação

Os créditos tributários de PIS e COFINS mencionados acima possuem perspectiva de realização no curto prazo principalmente os créditos calculados sobre o saldo de Provisão de sinistros a liquidar - PSL e Sinistros ocorridos, mas não Avisados - IBNR que se dará mediante o pagamento do sinistro.

b) Depósitos judiciais

Em 31 de dezembro de 2017, havia o valor de R\$28.443 referente à ação de consignação em pagamento proposta pela seguradora em face do Segurado, por meio da qual a Seguradora depositou em juízo o valor da indenização securitária apurada em processo de regulação de sinistro (valor este devidamente atestado por laudo técnico), diante da discordância e recusa do segurado em receber o valor apurado. O referido valor foi levantado pelo segurado em 13 de setembro de 2018, sendo os valores baixados e a ação encerrada, sem desembolso adicional para a Seguradora.

11. Custos de aquisição diferidos

<u>Ramos</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>Constituição</u>	<u>Diferimento / cancelamento</u>	<u>31/12/2018</u>
Garantia	19.286	4.280	(1.120)	22.446
Fiança locatícia	69	44	(76)	37
Responsabilidade civil	82	10	(67)	25
Riscos de engenharia	1.573	-	(1.012)	561
Riscos de petróleo	504	877	(836)	545
Riscos nomeados e operacionais	156	413	(432)	137
Lucros cessantes	22	522	(257)	287
Riscos marítimos - casco	900	1.026	(1.063)	863
Compreensivo empresarial	-	17	(16)	1
Total circulante	22.592	7.189	(4.879)	24.902
Garantia	28.139	10.091	(1.799)	36.431
Fiança locatícia	14	-	(14)	-
Responsabilidade civil	24	-	(13)	11
Riscos de engenharia	842	-	(446)	396
Riscos de petróleo	2	187	(188)	1
Lucros cessantes	-	12	(12)	-
Riscos marítimos - casco	-	27	(27)	-
Total não circulante	29.021	10.317	(2.499)	36.839
Total circulante e não circulante	51.613	17.506	(7.378)	61.741

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

11. Custos de aquisição diferidos--Continuação

Ramos	31/12/2016	Constituição	Diferimento / cancelamento	31/12/2017
Garantia	15.144	4.657	(515)	19.286
Fiança locatícia	61	72	(64)	69
Responsabilidade civil	40	49	(7)	82
Riscos de engenharia	1.039	636	(102)	1.573
Riscos de petróleo	987	220	(703)	504
Riscos diversos	179	-	(179)	-
Riscos nomeados e operacionais	68	319	(231)	156
Lucros cessantes	49	43	(70)	22
Riscos marítimos - casco	614	776	(490)	900
Total circulante	18.181	6.772	(2.361)	22.592
Garantia	22.188	7.940	(1.989)	28.139
Fiança locatícia	28	3	(17)	14
Responsabilidade civil	63	8	(47)	24
Riscos de engenharia	1.637	170	(965)	842
Riscos de petróleo	99	93	(190)	2
Total não circulante	24.015	8.214	(3.208)	29.021
Total circulante e não circulante	42.196	14.986	(5.569)	51.613

Os custos de aquisição diferidos mencionados acima correspondem em sua totalidade às despesas de comissão, que são registradas quando da emissão ou início de vigência do risco, o que ocorrer primeiro, e apropriadas ao resultado de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. O diferimento destas despesas é realizado por meio da mesma metodologia utilizada para o diferimento do prêmio. Todas as despesas de comissão diferidas foram consideradas no teste de adequação dos passivos.

12. Imobilizado

	Taxa anual de depreciação	31/12/2017	Aquisições	Baixa	Depreciação	31/12/2018
Equipamentos	20%	284	21	(1)	(110)	194
Instalações	10%	2.022	-	(11)	(238)	1.773
Móveis, máquinas e utensílios	10%	732	-	(8)	(109)	615
Outras imobilizações	10%	245	96	(6)	(147)	188
Total		3.283	117	(26)	(604)	2.770

	Taxa anual de depreciação	31/12/2016	Aquisições	Baixa	Depreciação	31/12/2017
Equipamentos	20%	252	153	(48)	(73)	284
Instalações	10%	2.104	624	(720)	14	2.022
Móveis, máquinas e utensílios	10%	782	57	(5)	(102)	732
Outras imobilizações	10%	245	-	-	-	245
Total		3.383	834	(773)	(161)	3.283

Avenida Bartolomeu Mitre, nº 336, Parte - Leblon - CEP: 22431-002 - Rio de Janeiro / RJ - Brasil
Central de Atendimento: +55 21 3125-5500 - Serviço de Atendimento ao Cliente: 0800.767.0097 - SAC - Deficiência Auditiva ou de Fala: 0800.767.0077
Ouvidoria Austral Seguradora: 0800 202 2400

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

13. Intangível

	Taxa anual de amortização	31/12/2017	Aquisições	Amortização	31/12/2018
Direito de uso software	20%	2.866	1.348	(1.106)	3.108
Total		2.866	1.348	(1.106)	3.108

	Taxa anual de amortização	31/12/2016	Aquisições	Amortização	31/12/2017
Direito de uso software	20%	2.448	1.320	(902)	2.866
Total		2.448	1.320	(902)	2.866

14. Débito das operações seguro e resseguro - operações com resseguradoras

	31/12/2018	31/12/2017
Prêmios de resseguro cedido	124.322	131.511
Comissão	(36.404)	(32.081)
Outros	12.375	60.678
Total circulante	100.293	160.108
Prêmios de resseguro cedido	78.377	47.553
Comissão	(30.901)	(19.732)
Total não circulante	47.476	27.821
Total geral	147.769	187.929

15. Depósitos de terceiros

Os depósitos de terceiros referem-se, principalmente, a prêmios de seguros direto e prêmios de cosseguro aceito, cujas apólices ainda não foram identificadas, sendo classificados no passivo circulante. O aging de depósitos de terceiros está distribuído da seguinte forma:

	31/12/2018	31/12/2017
Aging de depósitos de terceiros:		
De 1 a 30 dias	164	1.478
De 31 a 60 dias	4.080	366
De 61 a 120 dias	219	118
De 121 a 180 dias	13	217
De 181 a 360 dias	611	190
Superior a 360 dias	594	176
Total	5.681	2.545

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

16. Provisão técnica de seguros e resseguros

Ramos	Provisão de seguros		(-) Parcela resseguro		(=) Provisão líquida	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Garantia:						
Provisões de prêmios não ganhos	330.837	292.326	(183.460)	(150.038)	147.377	142.288
Sinistro a liquidar - administrativo	82.406	5.551	(68.165)	(5.268)	14.241	283
Sinistro a liquidar - judicial	26.512	39.518	(24.096)	(10.266)	2.416	29.252
Sinistros ocorridos, mas não avisados	7.596	38.915	(5.417)	(35.796)	2.179	3.119
Provisões de despesas relacionadas	3.474	1.476	(2.896)	(1.308)	578	168
Total	450.825	377.786	(284.034)	(202.676)	166.791	175.110
Riscos nomeados e operacionais:						
Provisões de prêmios não ganhos	2.180	1.524	(1.907)	(1.751)	273	(227)
Sinistro a liquidar - administrativo	127.280	101	(127.280)	(100)	-	1
Sinistros ocorridos, mas não avisados	417	1.220	(336)	(1.141)	81	79
Provisões de despesas relacionadas	420	-	(416)	-	4	-
Total	130.297	2.845	(129.939)	(2.992)	358	(147)
Compreensivo empresarial:						
Provisões de prêmios não ganhos	9	-	(5)	-	4	-
Sinistros ocorridos, mas não avisados	2	-	(2)	-	-	-
Total	11	-	(7)	-	4	-
Lucros cessantes:						
Provisões de prêmios não ganhos	3.848	576	(3.317)	(502)	531	74
Sinistro a liquidar - administrativo	82	-	(80)	-	2	-
Sinistros ocorridos, mas não avisados	2.197	98	(1.944)	(92)	253	6
Provisões de despesas relacionadas	31	-	(28)	-	3	-
Total	6.158	674	(5.369)	(594)	789	80
Fiança locatícia:						
Provisões de prêmios não ganhos	176	395	(142)	(172)	34	223
Sinistros ocorridos, mas não avisados	38	35	(30)	(19)	8	16
Provisões de despesas relacionadas	1	-	(1)	-	-	-
Total	215	430	(173)	(191)	42	239
Riscos de engenharia:						
Provisões de prêmios não ganhos	12.150	21.719	(10.537)	(17.968)	1.613	3.751
Sinistro a liquidar - administrativo	1.801	767	(1.790)	(762)	11	5
Sinistro a liquidar - judicial	960	95	(717)	(83)	243	12
Sinistros ocorridos, mas não avisados	254	409	(186)	(400)	68	9
Provisões de despesas relacionadas	28	10	(25)	(8)	3	2
Total	15.193	23.000	(13.255)	(19.221)	1.938	3.779
DPVAT:						
Sinistros a liquidar - administrativo	1.813	1.726	-	-	1.813	1.726
Sinistro a liquidar - judicial	7.583	8.039	-	-	7.583	8.039
Sinistros ocorridos, mas não avisados	77.022	64.496	-	-	77.022	64.496
Provisões de despesas relacionadas	360	417	-	-	360	417
Total	86.778	74.678	-	-	86.778	74.678

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

16. Provisão técnica de seguros e resseguros--Continuação

Ramos:	Provisão de seguros		(-) Parcela resseguro		(=) Provisão líquida	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Riscos de petróleo:						
Provisões de prêmios não ganhos	130.386	74.924	(127.327)	(72.490)	3.059	2.434
Sinistro a liquidar - administrativo	86.264	40.393	(84.289)	(40.279)	1.975	114
Sinistros ocorridos, mas não avisados	35.348	8.235	(35.259)	(7.940)	89	295
Provisões de despesas relacionadas	2.215	-	(2.200)	-	15	-
Total	254.213	123.552	(249.075)	(120.709)	5.138	2.843
Riscos marítimos - cascos:						
Provisões de prêmios não ganhos	12.467	8.243	(10.037)	(5.817)	2.430	2.426
Sinistro a liquidar - administrativo	7.171	3.073	(7.124)	(3.063)	47	10
Sinistro a liquidar - judicial	596	-	(587)	-	9	-
Sinistros ocorridos, mas não avisados	5.926	319	(5.810)	(224)	116	95
Provisões de despesas relacionadas	192	-	(189)	-	3	-
Total	26.352	11.635	(23.747)	(9.104)	2.605	2.531
Riscos diversos:						
Sinistro a liquidar - administrativo	2	3	(1)	(1)	1	2
Total	2	3	(1)	(1)	1	2
Responsabilidade civil geral:						
Provisões de prêmios não ganhos	277	578	(220)	(405)	57	173
Sinistro a liquidar - administrativo	76	-	(74)	-	2	-
Sinistros ocorridos, mas não avisados	89	33	(65)	(25)	24	8
Provisões de despesas relacionadas	1	-	(1)	-	-	-
Total	443	611	(360)	(430)	83	181
Total circulante	719.262	376.459	(549.491)	(236.373)	169.771	140.086
Total não circulante	251.225	238.770	(156.469)	(119.550)	94.756	119.220
Total geral	970.487	615.229	(705.960)	(355.923)	264.527	259.306

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

16. Provisão técnica de seguros e resseguros--Continuação

Movimentações das provisões técnicas sem considerar o ramo DPVAT estão demonstradas na tabela abaixo:

Desenvolvimento das provisões de prêmios não ganhos	31 de dezembro de 2018			31 de dezembro de 2017		
	Seguro	Resseguro	Retido	Seguro	Resseguro	Retido
Em 1º de janeiro	400.286	(249.143)	151.143	328.841	(195.524)	133.317
Prêmios emitidos no período	422.252	(334.441)	87.811	322.011	(237.405)	84.606
Prêmio ganho no período	(332.106)	247.961	(84.145)	(254.096)	186.838	(67.258)
Ganho variação cambial	1.898	(1.329)	569	3.530	(3.052)	478
Final do período	492.330	(336.952)	155.378	400.286	(249.143)	151.143
Desenvolvimento das provisões de sinistro						
Em 1º de janeiro	140.265	(106.780)	33.485	30.902	(26.976)	3.926
Indenizações avisadas	297.227	(289.245)	7.982	154.998	(144.262)	10.736
Despesas com sinistro	3.465	(2.852)	613	2.129	(1.723)	406
Recuperação de indenização	(1.153)	1.859	706	(1.671)	24.559	22.888
Recuperação de despesa	(31)	-	(31)	(36)	-	(36)
Variação de sinistro ocorrido, mas não avisado	2.588	(3.407)	(819)	36.546	(34.849)	1.697
Sinistros pagos no período	(68.501)	47.989	(20.512)	(85.086)	78.521	(6.565)
Despesas relacionadas pagas	(4.005)	3.367	(638)	(2.047)	1.656	(391)
Recuperação de despesa relacionada	31	-	31	36	-	36
Variação cambial	12.428	(12.399)	29	1.526	(1.525)	1
Atualização monetária	3.867	(2.782)	1.085	2.968	(2.181)	787
Provisão despesa relacionada estimada	5.198	(4.758)	440	-	-	-
Final do período	391.379	(369.008)	22.371	140.265	(106.780)	33.485
Movimentação da provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados						
Em 1º de janeiro	49.278	(45.642)	3.636	12.732	(10.793)	1.939
Movimentação	2.589	(3.407)	(818)	36.546	(34.849)	1.697
Final do período	51.867	(49.049)	2.818	49.278	(45.642)	3.636
Movimentação da provisão de PDR						
Em 1º de janeiro	1.487	(1.316)	171	1.155	(1.004)	151
Movimento	4.875	(4.440)	435	331	(312)	19
Final do período	6.362	(5.756)	606	1.486	(1.316)	170
Movimentação da provisão de PSL						
Em 1º de janeiro	89.501	(59.822)	29.679	17.015	(15.179)	1.836
Movimento	243.649	(254.381)	(10.732)	72.486	(44.643)	27.843
Final do período	333.150	(314.203)	18.947	89.501	(59.822)	29.679

A conciliação das provisões técnicas sem considerar o ramo DPVAT estão demonstradas na tabela abaixo:

Conciliação das provisões	31 de dezembro de 2018			31 de dezembro de 2017		
	Seguro	Resseguro	Retido	Seguro	Resseguro	Retido
Provisão de sinistros a liquidar	333.150	(314.203)	18.947	89.501	(59.822)	29.679
Provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados	51.867	(49.049)	2.818	49.278	(45.642)	3.636
Provisões de despesas relacionadas	6.362	(5.756)	606	1.486	(1.316)	170
Provisão total de sinistros	391.379	(369.008)	22.371	140.265	(106.780)	33.485
Provisão de prêmios não ganhos	492.330	(336.952)	155.378	400.286	(249.143)	151.143
Total geral	883.709	(705.960)	177.749	540.551	(355.923)	184.628

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

17. Desenvolvimento de sinistro

O desenvolvimento de sinistros apresentado nessa nota demonstra de forma segregada os ramos comercializados internamente pela Companhia e o DPVAT. Essa separação é realizada, pois as informações demonstradas do DPVAT são geradas pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.

Tabela de desenvolvimento de sinistros administrativos a liquidar de seguro, sem considerar o DPVAT:

<u>Ano de aviso</u>	<u>Ao final do ano</u>	<u>01 ano depois</u>	<u>02 anos depois</u>	<u>03 anos depois</u>	<u>04 anos depois</u>	<u>05 anos depois</u>	<u>06 anos depois</u>
2012	1.051	1.606	1.789	1.774	1.774	1.774	1.775
2013	20.905	20.702	20.735	20.735	20.735	20.735	-
2014	712	618	612	612	312	-	-
2015	123.881	86.059	88.602	88.601	-	-	-
2016	4.441	39.251	47.754	-	-	-	-
2017	89.281	110.838	-	-	-	-	-
2018	264.616	-	-	-	-	-	-
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Falta acumulada	723	(170)	(400)	(35.280)	43.312	21.557	-
Falta acumulada (%)	69%	(1%)	(56%)	(28%)	975%	24%	-
<u>Ano de pagamento</u>	<u>Ao final do ano</u>	<u>01 ano depois</u>	<u>02 anos depois</u>	<u>03 anos depois</u>	<u>04 anos depois</u>	<u>05 anos depois</u>	<u>06 anos depois</u>
2012	411	1.264	1.774	1.774	1.774	1.774	1.775
2013	8.518	19.699	20.735	20.735	20.735	20.735	-
2014	30	208	312	312	312	-	-
2015	686	80.376	88.590	88.590	-	-	-
2016	2.083	2.905	2.905	-	-	-	-
2017	76.050	89.248	-	-	-	-	-
2018	25.983	-	-	-	-	-	-
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Provisão de sinistros a liquidar	640	12.729	1.700	123.605	8.341	49.888	305.083
Provisão de sinistro ocorrido não avisado	1.072	8.009	5.461	10.167	12.732	49.278	51.867
Provisão de despesas relacionadas	-	-	-	-	-	-	5.201
Total de passivo	1.712	20.738	7.162	133.771	21.074	96.166	362.149

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

17. Desenvolvimento de sinistro--Continuação

Tabela de desenvolvimento de sinistros administrativos a recuperar de resseguro, sem considerar o DPVAT:

<u>Ano de aviso</u>	<u>Ao final do ano</u>	<u>01 ano depois</u>	<u>02 anos depois</u>	<u>03 anos depois</u>	<u>04 anos depois</u>	<u>05 anos depois</u>	<u>06 anos depois</u>
2012	735	1.125	1.253	1.242	1.242	1.242	1.242
2013	19.445	19.494	19.518	19.518	19.518	19.518	-
2014	513	384	378	378	198	-	-
2015	123.207	86.806	89.348	89.348	-	-	-
2016	3.089	37.834	45.726	-	-	-	-
2017	82.689	104.111	-	-	-	-	-
2018	259.294	-	-	-	-	-	-
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Falta acumulada	507	72	(315)	(33.859)	42.638	21.422	-
Falta acumulada (%)	69%	0%	(61%)	(27%)	1.380%	26%	-
<u>Ano de recebimento</u>	<u>Ao final do ano</u>	<u>01 ano depois</u>	<u>02 anos depois</u>	<u>03 anos depois</u>	<u>04 anos depois</u>	<u>05 anos depois</u>	<u>06 anos depois</u>
2012	288	885	1.242	1.242	1.242	1.242	1.242
2013	7.585	18.552	19.518	19.518	19.518	19.518	-
2014	22	94	198	198	198	-	-
2015	249	81.150	89.337	89.337	-	-	-
2016	907	1.583	1.583	-	-	-	-
2017	69.658	83.727	-	-	-	-	-
2018	35.028	-	-	-	-	-	-
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Provisão de sinistros a liquidar	447	12.100	1.443	123.248	8.018	49.473	288.804
Provisão de sinistro ocorrido não avisado	646	7.039	4.416	9.240	10.793	45.642	49.049
Provisão de despesas relacionadas	-	-	-	-	-	-	4.761
Total de ativo	1.093	19.193	5.859	132.488	18.811	95.115	342.614

Tabela de desenvolvimento de sinistros judiciais a liquidar de seguro, sem considerar o DPVAT:

<u>Ano de aviso</u>	<u>Ao final do ano</u>	<u>01 ano depois</u>	<u>02 anos depois</u>	<u>03 anos depois</u>	<u>04 anos depois</u>	<u>05 anos depois</u>	<u>06 anos depois</u>
2012	-	42	42	31	36	40	49
2015	7.125	8.636	11.042	25.495	-	-	-
2016	-	55	2.482	-	-	-	-
2017	28.476	29.362	-	-	-	-	-
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Falta acumulada	49	-	-	18.370	2.482	887	-
Falta acumulada (%)	4.920%	-	-	258%	24.825%	3%	-
<u>Ano de pagamento</u>	<u>Ao final do ano</u>	<u>01 ano depois</u>	<u>02 anos depois</u>	<u>03 anos depois</u>	<u>04 anos depois</u>	<u>05 anos depois</u>	<u>06 anos depois</u>
2017	-	29.320	-	-	-	-	-
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Provisão de sinistros a liquidar	-	42	42	7.156	8.672	39.614	28.069
Provisão de sinistro ocorrido não avisado	-	-	-	-	-	-	-
Provisão de despesas relacionadas	-	-	5	3	1.155	1.486	1.161
Total de passivo	-	42	47	7.159	9.827	41.100	29.230

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

17. Desenvolvimento de sinistro--Continuação

Tabela de desenvolvimento de sinistros judiciais a recuperar de resseguro, sem considerar o DPVAT:

<u>Ano de aviso</u>	<u>Ao final do ano</u>	<u>01 ano depois</u>	<u>02 anos depois</u>	<u>03 anos depois</u>	<u>04 anos depois</u>	<u>05 anos depois</u>	<u>06 anos depois</u>
2012	-	29	29	21	25	27	34
2015	5.625	7.136	9.419	23.570	-	-	-
2016	-	55	1.771	-	-	-	-
2017	25.406	25.333	-	-	-	-	-
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Falta acumulada	34	-	-	17.945	1.771	(73)	-
Falta acumulada (%)	3.374%	-	-	319%	17.713%	-	-
<u>Ano de recebimento</u>	<u>Ao final do ano</u>	<u>01 ano depois</u>	<u>02 anos depois</u>	<u>03 anos depois</u>	<u>04 anos depois</u>	<u>05 anos depois</u>	<u>06 anos depois</u>
2017	24.559	25.309	-	-	-	-	-
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Provisão de sinistros a liquidar	-	29	29	5.646	7.161	10.348	25.399
Provisão de despesas relacionadas	-	-	4	2	1.004	1.317	996
Total de ativo	-	29	33	5.648	8.165	11.665	26.395

A seguir seguem os valores referentes às indenizações avisadas, despesas com sinistros e provisão de sinistros ocorridos e não avisados do ramo DPVAT abertos por tipo de sinistro administrativo e judicial, sendo esses valores informados exclusivamente pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Evolução de sinistros administrativos:		
Até 01 ano	1.813	1.726
Provisão de sinistro a liquidar administrativo	1.813	1.726
Evolução de sinistros judiciais:		
Até 01 ano	2.340	2.897
De 01 a 02 anos	1.948	1.869
De 02 a 03 anos	1.145	1.247
De 03 a 04 anos	796	783
De 04 a 05 anos	505	458
Superior a 05 anos	849	785
Provisão de sinistro a liquidar judicial	7.583	8.039
Total provisão de sinistro a liquidar	9.396	9.765
Provisão de sinistros ocorridos e não avisados	77.022	64.496

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

18. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro 2018, o capital social subscrito e integralizado é representado por 56.566.347 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 28 de dezembro de 2016, foi deliberado o aumento do capital social da Companhia, mediante a capitalização do crédito de juros sobre capital próprio no montante de R\$4.998 e a subscrição em espécie no montante de R\$14.479, com emissão de novas ações, no montante de R\$19.477 com a emissão de 9.837.035 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$1,98. Assim, o capital social de R\$44.360 aumentou para R\$63.837, e o número de ações de 44.104.964 para 53.941.999 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. O referido aumento de capital foi aprovado pela Portaria SUSEP/DIORG nº 285, de 22 de março de 2017.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 29 de dezembro de 2017, foi deliberado o aumento do capital social da Companhia, mediante a capitalização do crédito de juros sobre capital próprio no montante de R\$5.984, com emissão de 2.624.348 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$2,28. Assim, o capital social de R\$63.837 aumentou para R\$69.821, e o número de ações de 53.941.999 para 56.566.347 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. O referido aumento de capital foi aprovado pela Portaria SUSEP/DIORG nº 786, de 29 de janeiro de 2018.

Em 31 de dezembro de 2018, atendendo ao artigo nº 199 da Lei 6.404/76, e suas alterações, que determina que o saldo das reservas de lucros acumulada não poderá ultrapassar o capital social, foi constituído aumento de capital social no valor de R\$ 9.406.

Será deliberado o aumento do capital social em Assembléia. O referido aumento de capital dependerá da aprovação pela SUSEP.

b) Reservas de lucros

As reservas de lucros são compostas pela reserva legal constituída por valor correspondente a 5% do lucro auferido pela Companhia, após absorção dos prejuízos acumulados, sendo o restante destinado para reserva de retenção de lucros.

c) Dividendos mínimos obrigatórios e juros sobre capital próprio

O estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista pelo artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

18. Patrimônio líquido--Continuação

c) Dividendos mínimos obrigatórios e juros sobre capital próprio--Continuação

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, com a aprovação dos acionistas em Assembleia Geral Extraordinária, após a constituição da reserva legal, foi procedida a distribuição de dividendos aos acionistas, em forma de juros sobre capital próprio, conforme demonstrado a seguir:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Lucro líquido do exercício	22.274	27.526
Destinação para reserva legal	(1.113)	(1.376)
Base de cálculo	21.161	26.150
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	5.290	6.538
Valor dos juros sobre capital próprio creditado em substituição aos dividendos mínimos (*)	(9.200)	(8.001)
Juros sobre capital próprio em relação aos dividendos mínimos obrigatórios	(3.910)	(1.463)

(*) De acordo com a faculdade prevista na Lei nº 9.249/95, no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia creditou juros sobre o capital próprio dentro dos limites fiscais no montante de R\$9.200 e R\$8.001 (bruto de imposto de renda retido na fonte) e no montante de R\$7.820 e R\$6.801 (líquido de imposto de renda retido na fonte), respectivamente, a favor de seus acionistas. Os juros sobre capital próprio são contabilizados como despesa financeira e para efeito das demonstrações financeiras são demonstrados no patrimônio líquido como distribuição de lucros.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

18. Patrimônio líquido--Continuação

d) Detalhamento do patrimônio líquido ajustado - PLA e exigência de capital

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Patrimônio líquido	152.231	138.133
Despesas antecipadas	(76)	-
Intangível	(3.108)	(2.866)
Acréscimo do superávit entre as provisões constituídas	2.580	2.231
Patrimônio líquido ajustado – PLA	151.627	137.498
Capital base - CB (a)	15.000	15.000
Capital adicional de risco de subscrição (CRsubs)	12.707	14.036
Capital adicional de risco operacional (CROper)	3.979	2.522
Capital adicional de risco de crédito (CRcred)	18.980	18.760
Capital adicional de risco de mercado (CRMerc)	6.649	5.921
Benefício da diversificação	(8.129)	(7.985)
Capital de risco - CR (b)	34.186	33.254
Capital mínimo requerido - CMR maior entre (a) e (b)	34.186	33.254
Patrimônio líquido ajustado	151.627	137.498
(-) Exigência de capital - EC	34.186	33.254
Suficiência de capital - R\$	117.441	104.244
Suficiência de capital (% PLA / CMR)	344%	313%

A Resolução CNSP nº 321, de 15 de julho de 2015 e suas alterações, prevê que o capital mínimo requerido que a sociedade supervisionada deverá manter a qualquer tempo para operar deve ser o maior entre capital base e o capital de risco.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

19. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social, calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, estão reconciliados, como se segue:

	31/12/2018		31/12/2017	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	39.292	39.292	48.115	48.115
Participações estatutárias no lucro	(5.950)	(5.950)	(4.738)	(4.738)
Juros sobre o capital próprio	(9.200)	(9.200)	(8.001)	(8.001)
Base de cálculo	24.142	24.142	35.376	35.376
Encargo total do IRPJ e da CSLL às alíquotas vigentes	(6.036)	(4.828)	(8.843)	(7.075)
(Adições) / exclusões permanentes no cálculo da tributação	(65)	(71)	(49)	(57)
Variação cambial	(741)	(593)	25	20
Ajuste a valor de mercado	209	167	176	141
Outras provisões	(1.470)	(1.176)	313	250
(Adições) / exclusões temporárias no cálculo da tributação	(2.002)	(1.602)	514	411
Deduções fiscais	323	-	264	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(7.780)	(6.501)	(8.114)	(6.721)
(Despesa) / receita de tributos diferidos	1.730	1.483	(570)	(446)
Total de despesa	(6.050)	(5.018)	(8.684)	(7.167)

Em 21 de maio de 2015, foi publicada a Medida Provisória nº 675 (MP 675/15) que elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido dos setores financeiro e segurador de 15% para 20% do lucro tributável, a partir de setembro de 2015. Em 7 de outubro de 2015, foi publicada a Lei 13.169, que reduz a alíquota de 20% para 15%, a partir de 2019.

20. Transações com partes relacionadas

A Companhia efetua operações com empresas relacionadas ao Grupo Vinci Partners Ltda. e ao International Finance Corporation - IFC. As principais operações com essas empresas compreendem a gestão da carteira de investimentos, cujos valores são registrados em despesas financeiras, e a emissão de apólices de seguros e contratos de resseguros, cujos valores são registrados em prêmios emitidos, provisões técnicas, sinistros ocorridos e resultado com resseguro.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui passivo de juros sobre capital próprio, líquido de imposto de renda na fonte, a pagar aos acionistas de R\$7.820.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

20. Transações com partes relacionadas--Continuação

Ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia remunerou seus Administradores, os quais são representados pelos diretores estatutários, no montante de R\$2.107 (R\$1.645 em 31 de dezembro de 2017). Os saldos patrimoniais e de resultados decorrentes de transações com empresas consideradas partes relacionadas e com os Administradores estão demonstrados a seguir:

Partes relacionadas	Ativo		Passivo		Receitas/(Despesas)	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Inbrands S.A.	32	-	-	3	32	3
BK Brasil Operação e Assessoria de Restaurante S.A.	18	2	-	12	147	96
Companhia de Marcas	-	-	-	341	-	(341)
Unidas S.A.	2	-	-	-	17	4
Unidas Locadora de Veículos Ltda.	2	-	284	284	9	(168)
CHL CVI Incorporações Ltda.	1.500	4	238	7	(238)	(7)
Gold Los Angeles Empreend. Imobiliários SPE Ltda.	43	42	194	198	(21)	(155)
Braquiara Empreendimentos	-	-	40	38	(459)	(445)
Vinci Gestora de Recursos Ltda.	-	-	251	48	(694)	(463)
Austral Participações S.A.	-	-	7.820	817	(9.200)	(8.001)
Austral Resseguradora S.A.	91.010	26.968	28.746	52.948	57.787	(11.492)
Administradores	-	-	-	-	(2.107)	(1.645)
Total	92.607	27.016	37.573	54.696	45.674	(22.386)

21. Ramos de atuação

Os ramos em que a Seguradora opera e seus indicadores de desempenho em 31 de dezembro de 2018 e 2017 são:

Ramos de atuação	Prêmios ganhos		Índice de sinistralidade % (a)		Índice de comercialização % (b)	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Garantia	136.837	118.580	48,71	54,0	16,72	15,96
Fiança locatícia	636	645	4,10	67,84	22,03	21,71
Riscos de engenharia	10.095	10.110	22,99	27,51	15,31	11,46
Riscos de petróleo	154.702	103.259	44,02	37,57	0,77	1,08
Riscos marítimos - casco	18.124	7.445	75,89	35,64	10,04	13,92
Riscos diversos	1	505	(2.017,27)	17,90	35,01	10,93
Responsabilidade civil geral	489	420	29,33	2,93	21,28	14,82
Riscos nomeados e operacionais	5.568	9.308	2.734,72	5,03	11,99	5,46
Compreensivo empresarial	21	-	10,89	-	15,24	-
Lucros cessantes	5.634	3.824	47,81	(1,46)	7,26	2,51
DPVAT	21.971	25.443	81,26	84,44	1,20	1,18
Total de prêmios ganhos	354.078	279.539	91,45	47,09	8,20	8,37

- (a) Índice de sinistralidade = (indenizações avisadas + despesas com sinistros + salvados e ressarcimentos + variação da provisão de sinistros ocorridos e não avisados (IBNR)) / prêmio ganho.
- (b) Índice de comercialização = custo de aquisição ganho/prêmio ganho.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

21. Ramos de atuação--Continuação

A composição dos prêmios emitidos diretos antes e depois da cessão de resseguros está demonstrada abaixo para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

Ramos	Prêmio direto líquido de cosseguro cedido		Prêmio cedido resseguro		Seguro (-) resseguro = prêmio retido		Percentual de retenção		Percentual ressegurado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Garantia	150.819	152.074	(87.529)	(83.961)	63.290	68.113	41,96	44,79	58,04	55,21
Fiança locatícia	425	642	(239)	(250)	186	392	43,76	61,00	56,24	39,00
Responsabilidade civil geral	55	222	(34)	(160)	21	62	38,18	27,93	61,82	72,07
Riscos de engenharia	1.030	5.035	(683)	(3.980)	347	1.055	33,69	20,95	66,31	79,05
Riscos de petróleo	228.312	106.513	(222.475)	(102.808)	5.837	3.705	2,56	3,48	97,44	96,52
Riscos diversos	-	(1)	-	-	-	(1)	-	100,00	-	-
Lucros cessantes	8.663	-	(7.458)	-	1.205	-	13,91	-	86,09	-
Riscos nomeados operacionais	734	-	(579)	-	155	-	21,12	-	78,88	-
Compreensivo empresarial	30	-	(17)	-	13	-	43,33	-	56,67	-
Riscos marítimos - casco	22.962	6.172	(19.111)	(4.040)	3.851	2.132	16,77	34,54	83,23	65,46
DPVAT	22.036	25.537	-	-	22.036	25.537	100,00	100,00	-	-
Total	435.066	296.194	(338.125)	(195.199)	96.941	100.995	22,28	34,10	77,72	65,90

Ramos	Prêmio emitido cosseguro aceito		Prêmio cedido resseguro		Cosseguro (-) resseguro = prêmio retido		Percentual de retenção		Percentual ressegurado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Garantia	25.338	7.290	(12.430)	(3.124)	12.908	4.166	50,94	57,15	49,06	42,85
Responsabilidade civil geral	155	202	(115)	(159)	40	43	25,81	21,29	74,19	78,71
Riscos de engenharia	160	1.201	(110)	(1.101)	50	100	31,25	8,33	68,75	91,67
Riscos de petróleo	289	429	(142)	(305)	147	124	50,87	28,90	49,13	71,10
Lucros cessantes	198	3.507	(166)	(3.272)	32	235	16,16	6,70	83,84	93,30
Riscos nomeados operacionais	4.366	10.611	(3.424)	(9.927)	942	684	21,58	6,45	78,42	93,55
Riscos marítimos - casco	454	1.808	(325)	(1.553)	129	255	28,41	14,10	71,59	85,90
Total	30.960	25.048	(16.712)	(19.441)	14.248	5.607	46,02	22,39	53,98	77,61

Ramos	Prêmio risco vigente não emitido - RVNE		Prêmio cedido resseguro - RVNE		Cosseguro (-) resseguro = prêmio retido		Percentual de retenção		Percentual ressegurado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Garantia	(1.710)	2.516	555	9	1.155	2.525	67,54	100,36	32,46	(0,36)
Fiança locatícia	(7)	1	2	1	5	2	71,43	200,00	28,57	(100,00)
Responsabilidade civil geral	(22)	26	16	(18)	(6)	8	27,27	30,77	72,73	69,23
Riscos de engenharia	(664)	871	509	(658)	155	213	23,34	24,45	76,66	75,55
Riscos de petróleo	(19.263)	20.154	19.160	(20.167)	103	(13)	0,53	(0,06)	99,47	100,06
Riscos diversos	-	(51)	-	16	-	(35)	-	68,63	-	31,37
Lucros cessantes	(20)	161	15	(132)	5	29	25,00	18,01	75,00	81,99
Riscos nomeados operacionais	1.124	(976)	(876)	844	(248)	(132)	22,06	13,52	77,94	86,48
Riscos marítimos - casco	(1.175)	3.604	1.015	(2.660)	160	944	13,62	26,19	86,38	73,81
Total	(21.737)	26.306	20.396	(22.765)	(1.341)	3.541	6,17	13,46	93,83	86,54
Total geral	444.289	347.548	(334.441)	(237.405)	109.848	110.143	24,72	31,69	75,28	68,31

Prêmio de resseguro por classe de resseguradoras:

	31/12/2018	31/12/2017
Resseguradora local	(256.754)	(171.966)
Resseguradora admitida	(71.103)	(63.815)
Resseguradora eventual	(6.584)	(1.624)
Total	(334.441)	(237.405)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

22. Incentivo baseado em ações

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 01 de outubro de 2013, foi aprovado o primeiro plano de opção de compra de ações da Austral Participações S.A. (“Austral Participações”), controladora da Seguradora.

O plano estabelece condições gerais de outorga pela Austral Participações de opções de compra de ações preferenciais de emissão da Austral Participações a profissionais elegíveis, membros da Administração e empregados da Austral Participações e de suas afiliadas e/ou subsidiárias, pelos serviços prestados, sendo certo que os termos e condições das outorgas são definidos e administrados pelo comitê de gestão, segundo as diretrizes e condições estabelecidas pelo plano de opção de compra de ações e que o plano será liquidado em ações da Austral Participações caso e quando as opções forem exercidas, mediante o pagamento pelo preço de exercício a ser efetuado pelo participante.

Sem prejuízo, o comitê de gestão do plano poderá, em cada programa ou contrato individual, estabelecer condições diversas de vesting ou de termo da opção, inclusive a fim de estender os prazos em questão e/ou seu escalonamento.

Em reuniões do comitê de gestão do plano de opção de compra de ações realizadas em 01 e 02 de outubro de 2013, foram aprovados o primeiro e segundo programas de opções de compra de ações, nos quais a Austral Participações outorgou opções de compra aos beneficiários totalizando 4.500.000 opções

Em reunião do comitê de gestão do plano de opção de compra de ações realizada em 19 de dezembro de 2014, foi aprovado o terceiro programa de opções de compra de ações, nos quais a Austral Participações outorgou opções de compra aos beneficiários totalizando 4.832.137 opções.

Em reunião do comitê de gestão do plano de opção de compra de ações realizada em 01 de abril de 2016, foi aprovado o quarto programa de opções de compra de ações, nos quais a Austral Participações outorgou opções de compra aos beneficiários totalizando 76.616 opções.

O primeiro programa prevê três datas de vesting, sendo a última em dezembro de 2014, onde os participantes terão o direito de adquirir suas opções, pelos serviços prestados, por um prazo de quatro anos a contar da última data de vesting e a partir de cada uma das datas de vesting estabelecidas pelo comitê de gestão do plano, respeitadas as condições contratuais.

O segundo programa prevê quatro datas de vesting, sendo a última em setembro de 2016, onde os participantes terão o direito de adquirir suas opções, pelos serviços prestados, por um prazo de quatro anos a contar da última data de vesting e a partir de cada uma das datas de vesting estabelecidas pelo comitê de gestão do plano, respeitadas as condições contratuais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

22. Incentivo baseado em ações--Continuação

O terceiro programa prevê de três a cinco datas de vesting, dependendo do beneficiário, sendo a última data de vesting em setembro de 2018, onde os participantes terão o direito de adquirir suas opções, pelos serviços prestados, por um prazo de dois anos a contar da última data de vesting e a partir de cada uma das datas de vesting estabelecidas pelo comitê de gestão do plano, respeitadas as condições contratuais.

O quarto programa prevê três datas de vesting, sendo a última data de vesting em dezembro de 2018, onde os participantes terão o direito de adquirir suas opções, pelos serviços prestados, por um prazo máximo de até dezoito meses a contar da última data de vesting e a partir de cada uma das datas de vesting estabelecidas pelo comitê de gestão do plano, respeitadas as condições contratuais.

Para o primeiro e o segundo programa, o valor justo das opções foi estimado na data de outorga, com base no modelo de valorização por simulação de Monte Carlo considerando uma volatilidade de aproximadamente 27,5%, em linha com as volatilidades de empresas do setor de seguros listadas em bolsa à época da outorga e a curva de taxa de juros pré-fixada nas datas de outorga, conforme o mercado futuro de juros negociado na BM&F Bovespa. O preço spot do ativo foi inferido a partir de premissas informadas pela Vinci Capital Partners, premissas essas também auditadas por auditor independente no curso normal de auditoria do Fundo Vinci Capital Partners II FIQ FIP, e o preço de exercício das opções de ambos os programas é de R\$1,1425, sendo este corrigido por índice de inflação e ajustado ainda pela distribuição de valor dos dividendos e juros sobre o capital próprio por ação eventualmente pago pela Companhia a partir da data da celebração do contrato individual com o beneficiário.

Considerando tais premissas, o valor justo médio ponderado para cada opção outorgada foi de R\$0,4922.

Para o terceiro programa, o valor justo das opções foi estimado na data de outorga, com base no modelo de Black and Scholes considerando uma volatilidade de aproximadamente 36,5%, em linha com as volatilidades de empresas do setor de seguros listadas em bolsa à época da outorga e a curva de taxa de juros pré-fixada nas datas de outorga, conforme o mercado futuro de juros negociado na BM&F Bovespa. O preço spot utilizado foi o preço utilizado na emissão primária de ações para o IFC e o preço de exercício das opções é de R\$1,1752, sendo este corrigido por índice de inflação e ajustado ainda pela distribuição de valor dos dividendos e juros sobre o capital próprio por ação eventualmente pago pela Companhia a partir da data da celebração do contrato individual com o beneficiário. Considerando tais premissas, o valor justo médio ponderado para cada opção outorgada foi de R\$0,4529.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

22. Incentivo baseado em ações--Continuação

Para o quarto programa, o valor justo das opções é estimado na data de outorga, com base no modelo de Black and Scholes considerando uma volatilidade de aproximadamente 38,2%, em linha com as volatilidades de empresas do setor de seguros listadas em bolsa à época da outorga e a curva de taxa de juros pré-fixada nas datas de outorga conforme o mercado futuro de juros negociado na BM&F Bovespa. O preço spot utilizado foi o inferido a partir de informações divulgadas pelo Fundo Vinci Capital Partners II FIQ FIP e o preço de exercício das opções é de R\$1,2171 sendo este corrigido por índice de inflação e ajustado ainda pela distribuição de valor dos dividendos e juros sobre o capital próprio por ação eventualmente pago pela Companhia a partir da data da celebração do contrato individual com o beneficiário. Considerando tais premissas, o valor justo médio ponderado para cada opção outorgada foi de R\$0,49.

A Austral Participações S.A. concede a cada beneficiário uma opção de venda às ações que forem adquiridas em função do exercício da opção de compra pelo participante, assim como possui uma opção de recompra de tais ações. O prazo e preço de exercício de tais opções estão determinados em contratos individuais firmados entre a Austral Participações e os participantes.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 18 de março de 2016, foi aprovado o segundo plano de opção de compra de ações da Austral Participações, controladora da Seguradora.

O segundo plano estabelece condições gerais de outorga pela Austral Participações de opções de compra de ações preferenciais de emissão da Austral Participações a profissionais elegíveis, membros da Administração e empregados da Austral Participações e de suas afiliadas e/ou subsidiárias, pelos serviços prestados, sendo certo que os termos e condições das outorgas são definidos e administrados pelo comitê de gestão, segundo as diretrizes e condições estabelecidas pelo plano de opção de compra de ações e que o plano será liquidado em ações da Austral Participações caso e quando as opções forem exercidas, mediante o pagamento pelo preço de exercício a ser efetuado pelo participante.

Sem prejuízo, o comitê de gestão do plano poderá, em cada programa ou contrato individual, estabelecer condições diversas de vesting ou de termo da opção, inclusive a fim de estender os prazos em questão e/ou seu escalonamento.

Em reunião do comitê de gestão do segundo plano de opção de compra de ações realizada em 01 de abril de 2016, foi aprovado o primeiro programa de opções de compra de ações do segundo plano, nos quais a Austral Participações outorgou opções de compra aos beneficiários totalizando 1.884.307 opções.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

22. Incentivo baseado em ações--Continuação

Para o primeiro programa do segundo plano, o valor justo das opções é estimado na data de outorga, com base no modelo de Black and Scholes considerando uma volatilidade de aproximadamente 38,2%, em linha com as volatilidades de empresas do setor de seguros listadas em bolsa à época da outorga e a curva de taxa de juros pré-fixada nas datas de outorga conforme o mercado futuro de juros negociado na BM&F Bovespa. O preço spot utilizado foi o inferido a partir de informações divulgadas pelo Fundo Vinci Capital Partners II FIQ FIP, e o preço de exercício das opções é de R\$2,8316 sendo este corrigido por índice de inflação e ajustado ainda pela distribuição de valor dos dividendos e juros sobre o capital próprio por ação eventualmente pago pela Companhia a partir da data da celebração do contrato individual com o beneficiário. Considerando tais premissas, o valor justo médio ponderado para cada opção outorgada foi de R\$0,25.

Em reunião do comitê de gestão do segundo plano de opção de compra de ações realizada em 5 de setembro de 2016, foi aprovado o segundo programa de opções de compra de ações do segundo plano, no qual a Austral Participações outorgou opções de compra aos beneficiários totalizando 75.748 opções.

Para o segundo programa do segundo plano, o valor justo das opções é estimado na data de outorga, com base no modelo de Black and Scholes considerando uma volatilidade de 38,2%. O preço spot utilizado foi o inferido a partir de informações divulgadas pelo Fundo Vinci Capital Partners II FIQ FIP, e o preço de exercício das opções é de R\$2,8316 sendo este corrigido por índice de inflação e ajustado ainda pela distribuição de valor dos dividendos e juros sobre o capital próprio por ação eventualmente pago pela Companhia a partir de 01 de abril de 2016.

Considerando tais premissas, o valor justo médio ponderado para cada opção outorgada foi de R\$0,41.

A tabela a seguir concilia as opções de compra de ações em aberto da Austral Participações na sua totalidade, no início e fim do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e exercício findo em 31 de dezembro de 2017:

	Quantidade de opções
Total de opções em aberto em 31 de dezembro de 2017	10.474.396
Total de opções exercíveis em 31 de dezembro de 2017	8.980.039
Totalidade de opções exercidas até 31 de dezembro de 2018	-
Totalidade de opções outorgadas	-
Total de opções em aberto em 31 de dezembro de 2018	8.682.717
Total de opções exercíveis em 31 de dezembro de 2018	8.682.717

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

22. Incentivo baseado em ações--Continuação

Caso o beneficiário tenha seu contrato de trabalho rescindido voluntariamente ou involuntariamente, sem justa causa, as opções que ainda não sejam passíveis de exercício são automaticamente extintas, sem qualquer direito a indenização ou compensação, e as opções já passíveis de exercício poderão ser exercidas em um determinado prazo, conforme disposto em cada contrato individual.

Na hipótese que o contrato de trabalho do beneficiário ser rescindido por justa causa, todas as opções que possam ser exercidas, mais aquelas que não possam ainda ser exercidas são automaticamente extintas de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização.

As 8.682.717 opções em aberto representam uma diluição de até 3,56% sobre um total de 243.614.411 ações da Austral Participações.

O efeito do incentivo com base em opções para compra de ações referente aos colaboradores registrados na Seguradora, que fizeram jus às opções da Austral Participações, está registrado no patrimônio líquido da Seguradora como reserva de capital no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 no montante de R\$2.020 (R\$1.938 em 31 de dezembro de 2017).

23. Detalhamento de contas de resultado

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
a) <u>Prêmios</u>		
Prêmios emitidos direto	437.848	277.090
Prêmios cosseguro aceito a congêneres	30.960	25.048
Prêmio cosseguro cedido a congêneres	(24.818)	(6.433)
Prêmio emitido DPVAT	22.036	25.537
Prêmio riscos vigentes não emitidos	(21.737)	26.306
Variação das provisões técnicas	(90.211)	(68.009)
Prêmios ganhos	354.078	279.539
b) <u>Sinistros ocorridos</u>		
Indenizações diretas	(297.227)	(154.998)
Indenizações DPVAT	(12.996)	(14.851)
Despesas diretas	(8.822)	(2.165)
Despesas DPVAT	(5.496)	(6.539)
Recuperação de sinistro	1.268	1.707
Salvados e ressarcimentos	1.500	81.841
Sinistros ocorridos, mas não avisados direto	(2.588)	(36.546)
Sinistros ocorridos, mas não avisados DPVAT	555	(95)
Total	(323.806)	(131.646)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

23. Detalhamento de contas de resultado--Continuação

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
c) <u>Custo de aquisição</u>		
Comissões sobre prêmios emitidos	(43.481)	(34.030)
Recuperação de comissão de cosseguro	4.571	1.314
Variação despesa de comercialização diferida	9.882	9.195
Outros custos de aquisição	-	123
Total	(29.028)	(23.398)
d) <u>Resultado com resseguro</u>		
Recuperação de indenização	285.776	144.262
Recuperação de despesas com indenização	7.684	1.723
Recuperação sinistros ocorridos, mas não avisados	3.407	34.849
Receitas com participação no lucro	802	8.167
Prêmio cedido em resseguro	(334.441)	(237.405)
Repasse de salvados e ressarcimento	(1.500)	(75.841)
Provisão de prêmio não ganho	86.480	50.567
Total	48.208	(73.678)
e) <u>Outras receitas e despesas operacionais</u>		
Outras receitas		
Recuperação receitas resseguro	806	1.176
Recuperação custo bilhete DPVAT	626	41
Outras despesas		
Tarifa bancária	(103)	(51)
Tarifa bancária DPVAT	(2.647)	(2.181)
Inspeção de risco	(99)	(127)
Provisão recebimento de prêmios duvidosos	(169)	-
Despesas com emissão de apólice	(85)	(1)
Outras despesas DPVAT	(440)	(574)
Outras	(837)	(1.344)
Total	(2.948)	(3.061)
f) <u>Despesas administrativas</u>		
Despesas com pessoal próprio e encargos sociais	(10.051)	(8.746)
Despesas com localização e funcionamento	(3.361)	(3.373)
Despesas com serviços de terceiro	(1.721)	(1.717)
Despesas com depreciação e amortização	(1.460)	(1.341)
Despesa administrativa DPVAT	(3.167)	(2.501)
Outras	(927)	(808)
Total	(20.687)	(18.486)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

23. Detalhamento de contas de resultado--Continuação

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
g) <u>Despesa com tributos</u>		
Despesas com COFINS	(5.664)	(1.353)
Despesas com PIS	(941)	(87)
Taxa de fiscalização	(510)	(638)
Outras	(415)	(337)
Total	(7.530)	(2.415)
h) <u>Resultado financeiro</u>		
Receitas		
Títulos para negociação DPVAT	5.350	7.160
Títulos para negociação	13.407	15.838
Títulos disponíveis para venda	9.690	3.007
Com operações de seguros	98.092	17.295
Valorização cambial do disponível	9.936	3.109
Outras receitas	263	1.075
Despesas		
Títulos para negociação	(3.294)	(962)
Títulos disponíveis para venda	(3.354)	(401)
Com operações de seguros	(101.964)	(16.513)
Encargos com obrigações	(66)	(3)
Desvalorização cambial do disponível	(4.225)	(2.556)
Despesas financeiras seguros DPVAT	(5.350)	(7.160)
Outras despesas	(28)	(565)
Total	18.457	19.324

24. Resultado por ação - básico e diluído

Conforme requerido pelo CPC nº 41, as tabelas a seguir reconciliam o lucro do exercício aos montantes usados para calcular o resultado por ação básico e diluído:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Numerador lucro líquido do exercício	22.274	27.526
Denominador (em milhares de ações)	56.566	56.566
Lucro por ação básico	0,39	0,49
Numerador lucro líquido do exercício	22.274	27.526
Denominador considerando as opções de ações (em milhares de ações)	65.249	67.041
Lucro por ação diluído	0,34	0,41

O resultado por ação básico é computado pela divisão do lucro do exercício pelo total das ações em circulação no período.

O resultado por ação diluído é computado pela divisão do lucro do exercício pelo total das ações em circulação no período incluindo as opções de ações em aberto.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

25. Responsáveis

Conselheiros:

Alessandro Monteiro Morgado Horta
Bruno Augusto Sacchi Zarembo
Antônio Alberto Gouveia Vieira Filho

Diretor-presidente:

Carlos Frederico da Costa Leite Ferreira

Diretoria:

Ricardo Villela Abreu dos Santos
Rodrigo Ferreira de Campos
Claudia Novello Ribeiro

Gerente de contabilidade:

Arthur Teixeira Rodrigues
CRC RJ 078.781/O-0

Atuária:

Claudia Novello Ribeiro
MIBA nº 2.029



Parecer dos atuários auditores independentes

Aos Acionistas e Administradores da

Austral Seguradora S.A.

Rio de Janeiro - RJ

CNPJ: 11.536.561/0001-26

Escopo da Auditoria

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção da Austral Seguradora S/A, em 31 de dezembro de 2018, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP. A auditoria atuarial da carteira de seguros DPVAT não faz parte da extensão do trabalho do atuário independente da Sociedade, como previsto no Pronunciamento aplicável a auditoria atuarial independente.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Austral Seguradora S/A é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitido pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Austral Seguradora S/A são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção da Austral Seguradora S/A em 31 de dezembro de 2018 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA.

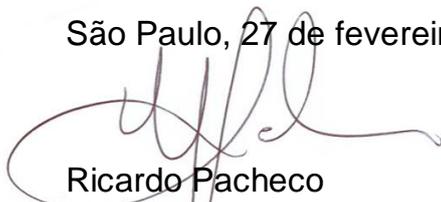
Nossa opinião não abrange as provisões técnicas dos consórcios DPVAT, conforme estabelecido pelas normas que definem o alcance da auditoria atuarial independente.

Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante.

Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à Susep por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2019.



Ricardo Pacheco
MIBA 2.679
EY Serviços Atuariais S.S.
CNPJ 03.801.998/0001-11
CIBA 57